

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia

Lucas Franzoni

Mercantilização do espaço urbano:
A dinâmica do capital e as demandas
habitacionais da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Porto Alegre
2010

Lucas Franzoni

Mercantilização do espaço urbano:
A dinâmica do capital e as demandas
habitacionais da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Trabalho de Conclusão de Curso em
Ciências Sociais
Para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Sociais
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientadora: Tânia Steren dos Santos

Porto Alegre
2008

Resumo

Esta pesquisa relaciona a atividade imobiliária e de construção civil com as carências habitacionais da RMPA. Levanta os dados de natureza documental e bibliográfica, demonstrando que a carência habitacional segue existindo ao lado da atividade econômica do setor imobiliário. Demonstra que a acumulação, centralização e concentração de capital se verificam no setor econômico e também na formação do espaço urbano, sendo o resultado necessário da mercantilização do espaço. Baseada na bibliografia, indica que o espaço urbano assume as formas da sociedade capitalista e pode ser lido, desta forma, como a materialização das relações de exploração econômica e dominação de classes.

Palavras-chave: espaço urbano, habitação, acumulação de capital.

Abstract

This research relates real state activity and house building activities with the continuity of the needs of homes in the metropolitan region of Porto Alegre. It brings documental and bibliographical data that show the lacking of houses can persist besides the economical activity in the real state sector. It demonstrates that accumulation, centralization and concentration of capital are verified in the economic sector, and also in the formation o the urban space, as a necessary byproduct of the process that turns the space into commodity. Based on bibliography, it indicates that the urban space assumes the forms of capitalist society and can be read, in this sense, as the materialization of the economics exploitation's relationships and class domination.

Key-words: urban space, housing, accumulation of capital.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 DISCUSSÃO TEÓRICA	11
1.1 Determinantes da Formação do Espaço urbano	11
1.2 Sociologia do Fenômeno Urbano	21
2 OS PRINCIPAIS ASPECTOS E CONTRADIÇÕES DA RMPA	24
3 ANÁLISE DOS DADOS	35
CONCLUSÃO	47
BIBLIOGRAFIA	51
ANEXOS	54

Introdução

A análise das relações sócio-econômicas derivadas ou geradoras do processo de urbanização oferece-nos uma oportunidade de compreensão de vários dos fenômenos sociais, tais como os diversos usos do espaço para lazer, cultura, moradia, etc., que acarretam e decorrem destes eventos na vida cotidiana de inúmeras famílias na cidade. Ao investigarmos as possíveis correlações entre a produção imobiliária de Porto Alegre, cidade pólo da RMPA, atividade produtiva baseada nos paradigmas da mercadoria, e a dinâmica de povoamento e de ocupação das cidades periféricas, teremos um melhor entendimento dos processos de construção dos espaços urbanos em termos de custos, não só financeiros mas também humanos, e melhores condições de discutirmos qual modelo de crescimento urbano desejamos e quais os caminhos a seguir. Por outro lado, é possível afirmar que a desigualdade social que caracteriza a diferença nas formas de apropriação e uso do solo urbano não constituem novidade para a ciência social no Brasil. A grande disponibilidade de dados, no entanto, não reflete uma discussão teórica dos processos subjacentes à formação e constituição do espaço urbano.

A mudança da concentração populacional sofrida pelo Brasil durante o século XX foi também observada em Porto Alegre, onde se deu um aumento da população do município bem como da RMPA, criada somente a partir de 1973. Esta possuía no ano de 2004 37,38% da população total do Estado em sua área, por outro lado participa com 41,61% do PIB estadual no ano 2002 (ALONSO & BRINCO, 2005).

Este aumento da população urbana, e da participação do seu produto na renda do Estado, em função da urbanização e da industrialização, implicou já a partir da metade do século XX na regulação estatal dos espaços urbanos, quando se legislou pela primeira vez em Porto Alegre sobre áreas de loteamento, direcionadas para a periferia do município e para cidades vizinhas (BARCELLOS, 2004). A idéia de regulamentação do espaço urbano não contemplava melhores investimentos na infra-estrutura necessária para a construção de moradias, o que acabou por dificultar ainda mais o acesso aos imóveis em razão do aumento de preços dos terrenos e aluguéis, sendo este o ponto de partida do processo de verticalização no centro que se associa com a moradia precária da periferia urbana. Desde então a dinâmica de preços na cidade de Porto Alegre, para compra, venda e aluguel, manteve-se díspar, sendo encontrados os mais altos nas zonas centrais e os mais baixos conforme se avança na direção da periferia e da falta de infra-estrutura básica. Este fato é observado nas cidades capitalistas

como uma regra geral¹.

A constatação deste fenômeno, entretanto, não pode ser encarada sob um ponto de vista fragmentador e hipostasiante da realidade social² e, justamente por causa disto, a investigação das relações sociais envolvidas neste fenômeno deve abranger não só o mútuo gerador do processo social que torna o solo urbano uma mercadoria, mas também precisa ter em conta a implicação das imposições de reordenamento de vida às quais estão submetidas as populações que participam da construção deste espaço fornecendo sua força de trabalho para o desenvolvimento econômico de uma região.

A análise do processo de produção do espaço como mercadoria precisa manter em perspectiva as formas do uso do território urbano sob a dinâmica sócio-metabólica do capital, onde a terra, o trabalho e o dinheiro tornam-se mercadorias. Ainda mais peculiar, no capitalismo o trabalho está hierarquicamente submetido ao capital, quer este assuma a forma da propriedade da terra ou do dinheiro. Neste sentido, os preços do solo urbano relacionam-se diretamente com a concentração de propriedade e estratificação do espaço urbano.

A mercantilização do espaço urbano pode estar relacionada, por um lado, com a disputa pelo excedente de trabalho total produzido que só é partilhado e definitivamente apropriado no momento da circulação do capital. Assim fluem as configurações espaciais de propriedade que afetam diretamente inúmeras famílias através, por exemplo, dos aluguéis ou juros. Por outro lado, o aumento de preços em determinadas áreas pode significar uma correlação de custo mais elevado na produção da mercadoria espaço urbano. Isto é, o preço elevado reflete o custo elevado dos serviços urbanos oferecidos, implicando que haja regiões dentro do espaço urbano com menor oferta de serviços e menor custo de produção do espaço urbano para a população de baixa renda.

Se reconhecermos que a sociedade em que vivemos é capitalista e pudermos perceber que na lógica capitalista a terra, neste caso o espaço urbano, é uma mercadoria, teremos então, que levar em conta a dimensão econômica do fenômeno urbano para que este possa ser devidamente explicado. Assim, é provável que o estudo do fenômeno urbano que abstraia a discussão da relevância do uso da terra como mercadoria que gera renda, certamente deixará de mostrar a particularidade do fenômeno neste nosso momento histórico. Da mesma maneira não terá condições para perceber e avaliar as oportunidades históricas

¹ Aspectos deste processo na realidade latino-americana foram aprofundados nos estudos críticos de Milton Santos, ver SANTOS, 1982.

² A discussão sobre a tendência à hipostasia nas ciências humanas é discutida em profundidade em KOSIK, 2002.

abertas pelos processos de continuidade e descontinuidade que perpassam e constituem este objeto.

Para discutir a construção social dos espaços urbanos a partir da questão da propriedade de imóveis nas grandes cidades brasileiras, precisamos estudar as formas de espacialização nas quais as desigualdades sociais se manifestam. Significa, portanto, tratar de tema acadêmico controverso e complexo, pois reúne um grande número de áreas de conhecimento (engenharias, arquitetura, ciências sociais e biológicas, demografia, etc.) que dificilmente se encontram em outros temas de estudo³. Uma discussão sobre a interdisciplinaridade deste objeto já foi feita em Santos (1982) e Lefebvre (2004), por exemplo.

A contribuição da sociologia na compreensão das relações sociais aqui contidas, e principalmente na discussão de alternativas de modelos de desenvolvimento e de socialização, é fundamental para viabilizar a constituição de relações sociais e políticas que busquem dar solução aos problemas estudados por outras áreas. É necessário que se faça também uma discussão sobre o papel da própria sociologia enquanto ferramenta de intervenção social e quais os interesses que podem estar sendo privilegiados ou preteridos pelas posições e soluções por ela levantadas.

Com relação ao alcance desta discussão dentro de sociedade, basta pensarmos na preponderância no Brasil da população urbana, e sua grande concentração em metrópoles. A RMPA, por exemplo, concentra de 37% da população total e 43% da população urbana do Estado (ALONSO & BRINCO, 2005). Nestas circunstâncias, é necessário levantar também a relevância de um conhecimento preciso da questão da propriedade urbana. A carência generalizada de grande parte da população brasileira de moradias dignas e com um mínimo de qualidade e infra-estrutura que possibilite uma melhor qualidade de vida é motivo suficiente para que a ciência social busque a apreensão deste fenômeno.

A Região Metropolitana pode ser vista segundo a delimitação legal que a define como uma área de 31 municípios ou segundo a interdependência da economia interna, onde a circulação e a produção econômica podem demonstrar a concentração das forças produtivas e de consumo da região.

A construção dos espaços urbanos passa primeiramente pelas formas através das

³ Além de Lefebvre (2004) que está contemplado nesta pesquisa, encontramos uma excelente discussão sobre as pesquisas multidisciplinares sobre o fenômeno urbano em Castells (1975). Neste trabalho de Castells há também uma dura crítica à sociologia urbana, principalmente àquela norte-americana, que segundo o autor já estava findada como campo de pesquisa na década de 70, devido à sua falta de rigor científico. Cf. CASTELLS, 1975.

quais os terrenos são ocupados e utilizados, implicando diretamente nos usos de direitos reconhecidos por membros e instituições da sociedade, como os de construir, destruir, manter, desmatar ou cercar, em suma, o direito de propriedade. Implica ainda, dada a desigualdade da distribuição de recursos, o acesso desigual aos serviços, ao trabalho, à cultura, ao lazer, etc., já que a formação dos espaços urbanos e configurações espaciais que acontecem sob a dinâmica da produção de mercadorias, as formas de uso dos bens, são ponto fundamental e diferencial das formações urbanas das sociedades não capitalistas e das capitalistas, onde encontramos uma crescente tendência à verticalização de determinados locais do espaço urbano.

Por outro lado, a concentração de imóveis nas mãos de poucos proprietários pode ser relacionada com a concentração de capital e desigualdade social. Esta concentração, aliada à mercantilização da produção (produtos e produtores) ocorrida em qualquer sociedade regida pela dinâmica do capital, implica não somente a falta de moradias para amplos contingentes populacionais, os quais, sempre em maiores dificuldades financeiras, moram como podem em favelas e guetos. Como consequência condiciona um contingente populacional com uma parcela de renda mais elevada (salários e ordenados) à coação imposta pelas relações sociais, comprometendo parcelas significativas de seus rendimentos em aluguéis, isto é, na renda ociosa dos proprietários fundiários.

O acúmulo de patrimônio reflete também uma opção de investimento particular. Em ciclos de ganhos exponenciais em especulação financeira, cresce sempre a busca pela propriedade da terra como escoadouro para a acumulação do capital excedente e como securitização patrimonial. Atualmente testemunhamos um impressionante volume de perdas com especulação financeira ligada a investimentos no setor imobiliário, na mesma medida observamos um grande volume de investimentos neste setor da economia, não só no Brasil, mas em países tão diferentes como EUA, China e Panamá. Conforme a crise de acumulação já dá sinais evidentes no centro dinâmico do capitalismo, através da crise de financiamento que se alastra desvalorizando os ativos do ramo do crédito e bancário, é fundamental que se entenda o funcionamento geral da economia como um fenômeno social. Da mesma forma, é preciso que se entenda o processo particular da formação urbana, localizada e particular, que vem associada a este processo amplo.

A demanda por moradias em lugares que ofereçam uma boa infra-estrutura e uma qualidade de vida razoável (uma mercadoria com relativa liquidez), aliada à técnica moderna da construção civil que permite a verticalização, possibilita a maior oferta habitacional em

lugares “nobres”, o que não significa uma democratização do espaço urbano. A verticalização produzida pela atividade empreendedora privada que visa ao lucro, por isso, precisa ser relacionada com a expansão da ocupação irregular e da habitação precária que caracterizam o desenvolvimento urbano em países semi-periféricos como o Brasil.

O crescimento da população urbana, no nosso caso em um país sem recursos de financiamento e de planejamento tais como os centrais, nos expõe pontos fundamentais do caráter assumido pelas cidades com consolidação do sistema do capital, isto é, a manutenção e consumo de grandes contingentes populacionais⁴. Assim, dadas as dimensões assumidas pela população urbana no mundo contemporâneo e a relevância econômica representada nos valores de imóveis para moradia, trabalho, consumo, lazer, etc., fica clara a profundidade com que tais questões atingem os mais diversos ramos de relações sociais que perpassam e são perpassados por ela.

Para que possamos relacionar todos estes aspectos, considero que as seguintes questões possam oferecer uma melhor aproximação da realidade e conseqüentemente uma base analítica que me permita evidenciar a gênese e estrutura que oferecem como resultados estes mesmos aspectos. A construção do espaço urbano, expressa na construção do mercado imobiliário de moradias na RMPA, demonstra ou indica uma tendência à queda na demanda por melhores condições habitacionais dentro desta região? É possível identificar as relações sociais, especificamente no âmbito das relações de circulação, produção e consumo, que dão origem à configuração urbana/demográfica da RMPA? É possível identificar as implicações sociais que decorrem deste modelo de urbanização?

Para dar respostas a estes aspectos do problema, as seguintes hipóteses, elaboradas a partir dos referenciais teóricos, balizam esta pesquisa:

Em primeiro lugar, que o aumento do número de empreendimentos imobiliários na cidade de Porto Alegre reflete uma lógica de acúmulo, concentração e centralização de capital, assim sendo está associado com a continuidade de necessidades básicas de moradia não atendidas na periferia da RMPA.

Em segundo lugar, que a oferta de moradias existente não corresponde à realidade da população que necessita de melhores ou novas habitações. Em razão disto podemos constatar

⁴ Em Santos (1979) encontramos uma problematização que relaciona a rápida urbanização com uma taxa de igual magnitude no crescimento da pobreza, principalmente nos países não-centrais, ainda que possa assumir características diversas de um país ao outro, o mesmo de uma cidade a outra no mesmo país. Ainda neste caso, podemos encontrar uma pesquisa sobre a reprodução da pobreza e suas articulações econômicas, através do setor informal, e sobre a marginalização. Cf. SANTOS, 1979.

que a concentração espacial desta mercadoria é determinada não pela sua necessidade de consumo e utilização, mas sim pela necessidade de consumo de outras mercadorias sejam elas capital, em suas diversas formas, ou trabalho.

Por fim, que o empreendimento imobiliário não é voltado para a produção de mercadorias das quais se pode realizar a mais-valia produzida no processo de trabalho através da venda. A forma de uso particular desta mercadoria permite que seja apropriada mais-valia global através da renda da terra e especulação imobiliária.

Analisarei nesta pesquisa os dados quantitativos de fontes secundárias como: “Censo Demográfico 2000” (IBGE), “Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios” (IBGE), “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil” (PNUD) e Déficit Habitacional no Brasil (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO), X Censo do Mercado Imobiliário do SINDUSCON-RS, bem como os dados apresentados pela FEE. Portanto a pesquisa será feita com dados primários e secundários, de natureza documental e de revisão bibliográfica.

A unidade de análise é a RMPA2, definida como sub-região dentro da RMPA. À RMPA corresponde a área de 31 municípios⁵ circundantes à cidade de Porto Alegre, sendo caracterizada como cidade pólo da região. Destes municípios serão destacados os 12 que compõem a RMPA2, conforme o reconhecimento das referências bibliográficas. Os dados de Porto Alegre poderão ser tratados de acordo com as *Áreas de Expansão dos Dados da Amostra* (AED) feitas por bairros, do Censo Demográfico 2000, o que não pode ser estendido para as cidades vizinhas. A AED permite a verificação localizada dos dados referentes à moradia na principal cidade da RMPA, possibilitando assim um aprofundamento e complexificação da análise da cidade que, por ser a mais populosa e diferenciada, apresenta maiores diversidades no quadro geral da situação da moradia e habitação

Em função de alguns indicadores não estarem presentes em todos os levantamentos estatísticos, buscarei, na medida do possível, comparar a ocorrência de alguns deles para que se possa descrever o desenvolvimento urbano desde meados da década de noventa até meados da década de 2000.

Será necessário avaliar e comparar os dados relativos aos indicadores selecionados de qualidade de habitação e de moradia com a atividade imobiliária e o crescimento deste

⁵ Alvorada, Araricá, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Campo bom, Canoas, Capela Santa, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Triunfo, Viamão.

setor a partir dos dados levantados pela FEE.

O desenvolvimento desta investigação será apresentado na forma de 3 capítulos. O Capítulo 1 apresenta uma discussão teórica dos autores que serão os guias conceituais da investigação. Aqui são feitas referências abstratas para a demarcação e compreensão do objeto. Aqui também poderemos perceber as características do fenômeno urbano previstas pelas teorias e que serão propostas para comparação com a realidade concreta da RMPA.

O Capítulo 2 faz um levantamento da produção bibliográfica do nosso objeto particular. Neste capítulo são levantadas as características mais marcantes do processo de formação do espaço urbano da RMPA como um todo e de alguns municípios, aqueles que pertencem à sub-divisão da RMPA2, de maneira individual.

Por fim, o Capítulo 3 traz os dados estatísticos, sociais e demográficos que permitem analisar a RMPA a partir do problema de pesquisa proposto. Também é neste capítulo que buscaremos demonstrar os dados da análise através do teste das hipóteses.

Na conclusão do trabalho será apresentada uma síntese dos resultados obtidos na análise e também quais as relações estabelecidas por esta análise e os referenciais teóricos. Finalmente será feita uma avaliação dos resultados obtidos e a sua correspondência com os objetivos propostos nesta introdução.

1 Discussão teórica

1.1 Determinantes da Formação do Espaço Urbano

Inicialmente é preciso fazer uma breve apresentação da cidade, ou do espaço urbano, e suas relações mais gerais que dizem respeito à suas funções na sociedade, especificamente na sociedade capitalista, e conseqüentemente na vida dos indivíduos.

Paul Singer (1998) demonstra que as atribuições da cidade no corpo de uma sociedade diferem de acordo com os momentos históricos observados. Entretanto em qualquer sociedade em que existam espaços urbanos, além da divisão entre campo e cidade, há a divisão de classes. Esta, apesar de não ser aparente como a divisão entre campo e cidade, é responsável por moldar as formas de organização do espaço e do tempo e seus usos. A constatação de uma divisão de classes é fruto da aplicação de um método de análise aos objetos reais. Isto denota que a observação da sociedade dividida em classes é já um produto de uma reflexão teórica. Por este motivo, não necessariamente encontraríamos em sociedades antigas, por exemplo, as mesmas configurações de classe e os mesmos aspectos culturais, éticos, estéticos, etc. associados a nossa atual configuração de sociedade de classes⁶.

Singer contrapõe duas abordagens possíveis na análise do fenômeno urbano. A primeira diz respeito a uma *abordagem ecológica* (SINGER, 1998), que parte do princípio de que a divisão entre o espaço ecológico do campo e da cidade é suficiente em si para uma análise completa das relações entre ambos. A segunda abordagem, materialista histórica, trata de analisar a diferenciação entre campo e cidade surgida no curso da produção e reprodução concreta da sociedade. Assim, para a abordagem materialista histórica do papel da cidade e do campo, é necessário observar como ambos os espaços se diferenciam em termos da produção e distribuição, isto é, em que medida a divisão do trabalho permite que uma parcela da população se dedique a atividades não produtoras de alimentos. Neste percurso analítico ficam evidentes além da divisão social do trabalho, também as instituições sociais que permitem a transferência do mais-produto do campo à cidade.

É necessário observar, entretanto, que a divisão social do trabalho é ela mesma o produto histórico do desenvolvimento das relações de produção no campo. Acontece, assim, que a cidade não surge como uma atividade produtiva própria, antes pelo contrário, ela surge a partir da divisão do trabalho. A troca entre as atividades produtivas só pode

⁶ Para uma discussão da divisão campo e trabalho no contexto brasileiro e sua inserção na divisão internacional do trabalho, ver OLIVEIRA, 1978.

acontecer quando os diferentes setores da sociedade são observados em processos de trocas dos produtos do seu trabalho, e isto só é possível quando há um excedente relativo de produção. Na divisão inicial do trabalho, a parcela da população que mais tarde se configura como classe dominante em primeiro lugar aparece oferecendo serviços administrativos, religiosos e de segurança. Isso não significa que deixem de estar vinculados às atividades produtivas da cultura da terra, pelo contrário, somente quando existe excedente econômico suficiente é que a residência dos guerreiros se torna fortaleza e a dos sacerdotes se torna templo, surgindo a divisão espacial das classes já constituídas (SINGER, 1998). Portanto a diferenciação social, dada a partir do processo de produção, antecede e é pré-condição da divisão ecológica existente entre o campo e a cidade. Sendo assim, é correto afirmar que a divisão entre campo e cidade é uma divisão e segregação espacial da classe dominante, ou seja, a divisão de classes precede a divisão espacial⁷.

Esta argumentação é oposta à de Lefebvre, que a considera uma generalização do processo de formação do espaço urbano da romanidade (LEFEBVRE, 2004). Isto é, este acredita que esta linha de sucessão histórica é uma ocorrência particular do espaço Europeu. Ao contestar esta hipótese, afirma que devemos considerar o aumento de produtividade conseguido pela agricultura como sendo resultado do domínio de uma cidade política sobre um espaço agrário. Neste ponto, entretanto, a hipótese de Singer parece ser mais realista, pois permite pensar o próprio surgimento da cidade política. Lefebvre por sua vez não deixa claro como e de onde surge esta cidade política que, na sua definição, domina autoritariamente o campo e faz aumentar a sua produtividade (LEFEBVRE, 2004). Cabe ressaltar que fazer a crítica a esta hipótese não é o objetivo da argumentação de Lefebvre.

Em aparente contradição com sua crítica à hipótese genérica tomada por Singer, Lefebvre afirma que o campo é o local da formação inicial da mais-valia (2004, p.34). Também há que diferenciar, conforme a teoria marxista, a formação e extração da mais-valia, da sua realização e circulação. Na medida em que Lefebvre reconhece não ser suficiente a observação do processo de produção, e que devemos atentar aos modos com que se efetua a circulação de riquezas e recursos que ocorre na sociedade, ele também afirma que a diferenciação nestes processos promoveu a intensificação da extração de mais-

⁷ Não podemos deixar de notar que mesmo sendo assim, a divisão de classe e a divisão entre campo e cidade, se puder ser associada às diferenças de rendimentos, pode ser exemplarmente verificada na PNAD 2007, Tabela 7.1 (IBGE, *PNAD 2007*, p.99), onde se verifica que a concentração dos rendimentos altos está localizada na população urbana. Por outro lado a população rural concentra as rendas mais baixas, sendo sempre menores do que as mais baixas rendas da cidade.

valia do campo pelo espaço urbano. Aqui sucede que o espaço urbano centraliza e comanda a circulação e a distribuição da mais-valia extraída do campo. Isso acontece em função dos serviços financeiros, burocráticos e de diversas outras espécies que se concentram na área urbana. Destaca-se que esta concentração de atividades nas cidades ocorre em função do domínio do mercado pelos poderes políticos ali constituídos. Esta integração econômica dos espaços produz um resultado que não estava contido nas suas fases iniciais: “A realidade urbana modifica as relações de produção, sem, aliás, ser suficiente para transformá-las. Ela torna-se força produtiva, como a ciência. O espaço e a política do espaço “exprimem” as relações sociais, mas reagem sobre elas” (LEFEBVRE, 2004, p.26)⁸.

Segundo Adam Smith, Singer observa que o limite da divisão do trabalho é o limite do mercado, e este é dado pelas fronteiras políticas e pelos custos de transporte de mercadorias (SINGER, 1998). É importante observar que a economia urbana requer tanto um espaço político para o seu desenvolvimento quanto proporciona os fundamentos nos quais este espaço pode se desenvolver. Mais uma vez há convergência entre as abordagens de Singer e Lefebvre. O estabelecimento da economia urbana permite uma maior integração do território circundante à cidade, pois a atividade produtiva se torna especializada na mesma medida em que centralizada no núcleo urbano para a troca. O espaço se torna produtivamente interdependente, e assim reforça a dominação e unificação política do centro de poder. Desta forma a cidade é responsável por romper também a barreira do custo dos transportes, tornando-os cada vez mais baratos. Assim é possível definir uma correspondência, conforme Lefebvre (2004) e Singer (1998), entre a revolução industrial e revolução urbana, pois o resultado da revolução industrial – na medida em que ela é caracterizada pela unidade de produção 'fábrica' – depende diretamente dos serviços de infra-estrutura de caráter exclusivamente urbano:

A aglomeração espacial da atividade industrial se deve à necessidade de utilização de uma mesma infra-estrutura de serviços especializados (de energia, água, esgotos, transportes, comunicações etc.) e as economias externas que decorrem da complementaridade entre os estabelecimentos comerciais (SINGER, 1998, p.30).

Interessa-nos aqui a constatação de que existe uma economia de recursos proporcionada e favorecida pela concentração espacial. Além disso, esta economia se

⁸ Oliveira (1978, p. 69) afirma que “a cidade nasce no Brasil antes mesmo do campo”. Como já notamos, este trabalho é central para a compreensão do fenômeno urbano brasileiro e sua inserção na divisão internacional do trabalho, numa perspectiva de longo alcance histórico.

concentra de maneira desproporcional aos diferentes setores da sociedade:

A razão básica desta concentração espacial exagerada é que as empresas unicamente usufruem as economias de aglomeração, ao passo que as deseconomias do congestionamento e do esvaziamento são suportadas pelo conjunto da sociedade, em particular os mais pobres (SINGER, 1998, p.34).

Na medida em que o solo urbano é uma mercadoria, a dinâmica do capital encarece as áreas com serviços urbanos, concentrando a propriedade do solo nas mãos dos setores sociais com mais recursos. Assim o serviço público urbano custeado pela sociedade reverte no aumento patrimonial das casses dominantes. O encarecimento por sua vez, determina o desperdício da infra-estrutura urbana pela subutilização dos recursos e serviços disponíveis. Esta característica de participação desigual em custos e benefícios da urbanização é a tônica predominante da urbanização de sociedades capitalistas. A urbanização que ocorre sob a lógica do capital é caracterizada por este elemento classista que a perpassa e a define nas suas características mais gerais, ou seja, define as semelhanças e continuidades dentro de processos particulares e descontínuos, espacial e temporalmente. Portanto, Singer demonstra como se dá o desenvolvimento do espaço urbano a partir de diferenciações produtivas, responsáveis pela gênese das sociedades de classe.

Na medida em que a cidade só passa a existir após a diferenciação produtiva, a formação do seu espaço é conseqüentemente condicionada pela estrutura de classes também daí surgida. Por outro lado, Singer demonstra que as funções sócio-econômicas do espaço urbano são interdependentes e, desta forma, mutuamente determinantes. Desta forma é possível afirmar que as relações de troca e circulação, estas por sua vez determinadas pelas relações de produção, são constituídas e constituem a distribuição espacial que segue a lógica classista do modo de produção.

Lefebvre, por sua vez, constrói a problemática do espaço como o lugar onde se cristalizam as estruturas de poder de uma determinada sociedade⁹. Esta constatação decorre do caráter *diferencial do espaço* (LEFEBVRE, 2004, p.45), isto é, das diferenças de funções e significados historicamente atribuídos ao espaço:

Os centros (urbanos) de decisão tornam legíveis, no terreno, essas relações complexas [hierarquias/exploração]. Eles as projetam no solo. A atividade organizada dos “decisores”, apoiada pelos que detêm e gerem os meios de produção, opõem-se nitidamente à passividade dos “sujeitos” que aceitam essa

⁹ A respeito do poder e do Estado, relacionando-os com a urbanização capitalista, ver LOJKINE, 1981, na obra *O estado capitalista e a questão urbana*. Aqui temos também uma discussão epistemológica sobre as abordagens funcionalistas e estruturalistas diante do Estado. Já em LOJKINE, 1981, podemos encontrar uma sintética formulação sobre a luta de classes e o Estado.

dominação (LEFEBVRE, 2004, p.50).

Este importante *insight* de Lefebvre é compartilhado por Harvey:

Capital thus comes to represent itself in the form of a physical landscape created in its own image, created as use-values to enhance the progressive accumulation of capital on an expanding scale. The geographical landscape which fixed and immobile capital comprises is both a crowing glory of past capital development and a prison which inhibits the further progress of accumulation because the very building of this landscape is antithetical to the 'tearing down of spatial barriers' and ultimately even to the 'annihilation of space by time'. (HARVEY, 2001, p.247).

Neste texto Harvey antecipa alguns aspectos que somente trataremos adiante. Podemos notar, entretanto, que o autor reconhecendo as formações espaciais como produtos historicamente determinados de uma sociedade e modos de produção específicos, aponta as contradições próprias do capitalismo e da sua formação espacial.

É necessário, entretanto, demonstrar a relação entre a formação do espaço urbano e o modo de produção capitalista. Na medida em que o fenômeno urbano e sua construção espacial não são produtos de outra atividade humana que não o trabalho, é preciso observar em quais circunstâncias sociais o trabalho é empregado produtivamente. Pode-se objetar que não somente o trabalho é a atividade humana constituinte e formadora do espaço urbano. De fato, esta objeção procede, porém não invalida o tratamento central dado ao trabalho como principal atividade formadora do espaço urbano. Isto porque, como vemos a seguir, dado o caráter das relações de produção tal como se encontram na RMPA, o trabalho não comanda a sua própria atividade, de maneira que apesar de ser a força produtiva que permite a constituição física do espaço urbano, ele é apenas um 'fator de produção', por assim dizer, que realiza a constituição deste espaço urbano por determinações que excedem os limites da construção física e adentram nas determinações sociais e históricas de cada sociedade. A marcante característica do nosso momento histórico é que o "fator de produção", uma "coisa" que opera lado a lado com as matérias-primas e insumos, é o próprio homem.

A partir da constatação empírica que o trabalho na sociedade brasileira e também de Porto Alegre, se apresenta como trabalho assalariado, perceberemos que esta forma de trabalho é o modo historicamente determinado e condicionado através do qual a atividade humana produtiva se manifesta no contexto da RMPA. Porém o trabalho só é assalariado na condição em que os trabalhadores não são proprietários dos seus instrumentos de trabalho e, além disso, que sua força de trabalho seja uma mercadoria. Isto caracteriza as relações de trabalho sob o capitalismo, ou seja, em condições tais que o capital comande o

trabalho visando a obtenção de lucro do ponto de vista econômico, e a dominação de classe do ponto de vista político e social.

Aqui, fica patente a relação de classe que subjaz o fenômeno econômico e conseqüentemente o urbano. Esta relação perpassa toda a sociedade e, por conseguinte, condiciona, de maneira mais ou menos explícita conforme os casos, todos os fenômenos sociais que possam ser estudados dentro das sociedades capitalistas. Harvey sintetiza de maneira clara estas circunstâncias:

Those who buy rights to labor power in order to gain a profit (capitalists) and those who sell rights to labor power in order to live (laborers) exist on opposite sides of this buyer-seller divide. The division of class roles that this implies is not exhaustive of all possible or even important class relation under capitalism. (HARVEY, 2001, p.314).¹⁰

Portanto, sendo as relações de produção dominantes na RMPA as relações capitalistas, temos uma formação do espaço urbano que reflete as tendências gerais da circulação do capital: acumulação, concentração e centralização. Para uma correta apreensão da formação do espaço urbano temos que investigar as suas condições de formação e etapas desenvolvimento histórico, portanto, temos que conhecer o funcionamento da economia capitalista.

Marx serve como um guia teórico coerente para a investigação da realidade social nesta pesquisa. Entretanto, ao contrário do que pretendem seus críticos não leitores, ele não busca afirmar que a teoria do materialismo dialético possa predizer e definir as formas particulares e específicas pelas quais as tendências gerais do desenvolvimento capitalista se manifestam nos fenômenos sociais. Tendo ciência da complexidade das “múltiplas determinações” Marx constantemente, ao longo da sua obra, chama atenção:

Como o leitor terá verificado às suas custas, a análise das reais conexões internas do processo capitalista de produção é tarefa assaz complicada e muito laboriosa; demais, cabe à ciência reduzir o movimento visível, apenas aparente, ao movimento interno real (MARX, 1981, p.360).

Complementando esta idéia, afirma que “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (MARX, 1982, p.939). É

¹⁰ Exemplificando que este recorte não exaure todas as relações possíveis de classe, o PNAD 2007, publicado no final de 2008 pelo IBGE, afirma que “se verificou que, em 2007, os 10% da população ocupada de mais baixos rendimentos detiveram 1,1% do total dos rendimentos de trabalho, enquanto aos 10% com os maiores rendimentos corresponderam 43,2% do total das remunerações” (PNAD 2007, Comentários, p. 30-1). Ou seja, mesmo na classe dos rendimentos do trabalho há evidentes sub-classes, e portanto interesses e perspectivas diversas.

neste sentido, da obra de Marx concebida como um guia teórico, que também Harvey, discutindo as tendências gerais da circulação do capital, afirma que “Marx helps us understand these processes theoretically. But ultimately we have to bring this theory to bear on existing situations within the structures of capitalist social relations at this point in history” (HARVEY, 2001, p.265).

Todavia Marx, ao seguir as questões suscitadas por Hegel quanto à neutralização dos efeitos de concentração de riqueza e polarização social produzidas pelo capitalismo, atém-se deliberadamente à temporalidade e suas determinações nas atividades econômicas. Harvey por sua vez indica que a espacialidade, fator negligenciado por não ser central ao objeto de Marx em sua investigação em economia, é outro fator crucial para a compreensão do desenvolvimento capitalista. Assim, Harvey também faz a crítica da concepção predominante nas teorias econômicas tradicionais de que a influência do tempo é mais fundamental que a influência espacial (HARVEY, 2001, p.307), concepção esta que acabou por contribuir decisivamente para o desmantelamento da economia política, deixando à ciência política as considerações sobre aspectos espaciais do desenvolvimento das sociedades, como por exemplo os Estados Nacionais, territórios, etc.

Marx esteve sempre ciente da unidade dos temas de política e economia, bem como de sociedade em geral. Entretanto, conforme já dissemos, seu foco nas determinações internas do capitalismo afastou-o dos temas que considerados diretamente relacionados com a temática espacial, tais como o comércio mundial, expansão geográfica e assim por diante. Como sabemos Marx tinha planos para desenvolver investigações sobre estes temas, contudo não teve tempo para realizá-las¹¹.

Desta forma, segundo Harvey, as leis desenvolvidas por Marx para a explicação do funcionamento interno do sistema capitalista precisam ser reconfiguradas para dar a devida dimensão dos fenômenos espaciais das sociedades sob o capitalismo.

Harvey acredita que a resposta para esta dificuldade conceitual e temática de Marx possa ser resolvida a partir do desenvolvimento posterior da teoria marxista, especialmente as teorias sobre o imperialismo do início do século XX com Lênin, Luxemburgo e Bukharin: “[...] a closer reading on Lenin suggests that his theory of imperialism is more deeply rooted in Marx’s theory of accumulation than is immediately apparent” (HARVEY, 2001, p.360).

¹¹ Esta demonstração foi feita em um dos estudos mais completos sobre a lógica e estrutura interna de O Capital, cf. ROSDOLSKY, 2001.

É diretamente relevante para esta investigação a noção de complementaridade proporcionada pela teoria da acumulação de Marx. Na citação acima, Harvey está fazendo a transição de uma teoria centrada nos conceitos temporais para uma teoria centrada nos conceitos espaciais. Neste caso seu instrumento para a conexão destes dois aspectos é a acumulação de capital que, como tendência interna do desenvolvimento capitalista, tem um resultado que extrapola as suas determinações internas, gerando a tendência dual de expansão contínua da economia e, em certos casos expansão geográfica dos sítios de ocorrência da acumulação de capital.

Portanto fica claro que uma explicação razoavelmente abrangente do fenômeno urbano em Porto Alegre e sua região metropolitana, focalizando especialmente a questão da moradia, precisa necessariamente passar pela investigação das manifestações particulares da acumulação de capital no setor imobiliário. Isto é precisamos das ferramentas teóricas criadas por Marx e desenvolvidas por Harvey para a apreensão das tendências do desenvolvimento deste fenômeno.

Harvey defende, com razão, que mesmo Marx reconhecia a acumulação de capital como um processo que acontecia em um contexto geográfico e que de outra maneira criava formas específicas de estruturas espaciais. Por isso mesmo, a acumulação é o motor que produz o crescimento no modo capitalista de produção, ou seja, qualquer crescimento sócio-econômico gerado sob o modo de produção capitalista é movido pela acumulação. Assim, também o fenômeno urbano se caracteriza pela acumulação assumindo um papel central no seu processo de formação e estruturação.

Ocorre que a contínua expansão da acumulação necessita de alguns elementos fundamentais para suceder: 1) existência de força de trabalho disponível; 2) existência de mercados onde se comprem os meios de produção; e 3) existência de mercados para a absorção de mercadorias disponíveis (HARVEY, 2001, p.238-9).

No caso de algum tipo de desequilíbrio no mercado de alguma destas mercadorias, podem ocorrer crises de superprodução. Aqui precisamos observar que as crises são geradas justamente por ser a produção de mercadorias guiada não pelas necessidades de consumo humanas numa sociedade concreta (valor de uso), mas sim pela necessidade de acumulação de capital e apropriação de trabalho excedente, na forma de lucro, gerado no processo de produção. Desta forma a superprodução também pode se considerar como um subconsumo, ou sub-aproveitamento, das capacidades produtivas em um dado momento histórico, e conseqüentemente uma superprodução de capital. Harvey indica que a emergência das crises acaba por se revelar uma racionalização arbitrária na anarquia do

mercado capitalista.

Entretanto, quando falo de crises temos que ter em mente a característica relacional do processo de produção e consumo, este, por sua vez mediado pelo processo de circulação do capital. Isto que dizer que sempre que estiver falando de crise ou superprodução, estou me referindo à incapacidade das estruturas do mercado, tal como se encontram no dado momento histórico, como incapazes de permitir a realização dos valores criados e incorporados no processo de produção.

A contínua expansão da acumulação, além das crises, está também ameaçada e prejudicada pelo tempo de rotação do capital, determinado pelas dificuldades de comunicação e transporte. Isto é, a expansão e superação das barreiras espacial-temporais que aumentam a rotatividade do capital, ou seja, reduzem seu tempo de retorno. Este mesmo problema foi abordado já por Singer (1998) e Lefebvre (2004) na discussão da divisão do trabalho, porém através de um ponto de vista diferente que dizia respeito mais à dominação de um espaço político através do domínio do mercado do que propriamente à questão das crises.

A conclusão que já chegamos com Singer e Lefebvre, também aqui se repetem. Qual seja, que a necessidade de superar os obstáculos espacial-temporais favorece a concentração e aglomeração de mercados e mercadorias nos centros urbanos. Na mesma medida é favorecida a concentração de capital e no caso específico do espaço urbano, o solo urbano e sua propriedade privada.

Este ordenamento espacial produzido pelo movimento dinâmico de acumulação de capital é chamado por Harvey de “the geographical rationalization of the process of production” (HARVEY, 2001, p.246), isto é, uma racionalização espaço-temporal em função da expansão da produção de capital, a acumulação.

Assim se racionaliza e se constrói também uma paisagem geográfica particular do capital, uma paisagem de concentração de capital que futuramente será um empecilho para a continuidade do processo de expansão da economia capitalista. Esta particularidade do espaço urbano produzido é devida a um relativo condicionamento dos fenômenos particulares ao momento histórico específicos nos quais eles acontecem. Dentro deste quadro, o capital tende cada vez mais a depender do capital fixo para a sua expansão, entretanto a imobilidade do capital fixo determina a sua dificuldade de transformação e de conversão em valores, ou seja, a fluidez característica da produção capitalista.

É necessário lembrar que o objeto da pesquisa, o espaço urbano visto a partir da moradia, está diretamente relacionado com o capital fixo. Isto significa que na medida em

que podemos testemunhar um aumento na atividade econômica no setor de imóveis, temos que prestar atenção ao fato de que esta atividade, se por um lado permite a utilização de matérias-primas, capital e trabalho no processo produtivo, por outro lado tende a produzir mercadorias menos solváveis em momentos de estagnação econômica, para não falar em crises.

Além disso, se é certo que a ‘racionalização espaço-temporal em função da acumulação’ produz novas configurações urbanas e espaciais, ela mesma pressupõe acúmulo anterior de trabalho excedente na forma de capital: “Investments of this sort depend upon the prior creation of surpluses of both capital and labor power relative to the current consumption needs” (HARVEY, 2001, p.313).

Isto indica entre outras coisas que a possibilidade de uso do solo urbano como mercadoria é uma consequência de um movimento histórico, ou seja, acontecimentos sócio-econômicos anteriores que permitem a emergência de valores de uso historicamente condicionados a necessidades também historicamente condicionadas. Para Marx isto acarreta que “toda mercadoria só pode realizar seu valor no processo de circulação, e a circunstância e a extensão em que o realiza dependem das condições eventuais do mercado” (MARX, 1981, p.733). Para Marx, nesta passagem, ‘valor’ assume o significado de valor de troca e não de valor de uso. Porém o que nos interessa é o tratamento histórico e relacional dado à categoria econômica.

Esta discussão sobre a dinâmica da economia capitalista é necessária por que me permite elaborar a definição da opção teórica e metodológica deste trabalho.

As teorias convencionais, de maneira geral, partem de uma definição específica das condições nas quais se podem observar, ou definir abstratamente, um equilíbrio que permita uma análise estática da realidade social. Assim a dinâmica das formações sociais só é apreendida através das comparações restritas que a definição prévia permite observar. Por exemplo, em Weber (2004, pp. 138 ss.) a investigação parte de algumas definições *a priori* das características específicas que devem ser observadas nas cidades ou centros urbanos, passando depois a uma definição mais ou menos cristalizada a partir da qual se pode fazer comparações com uma diversidade de casos selecionados. Oliven (1977, p. 89) considera que as dicotomias geralmente presentes nestas análises confundem os ideais com as tendências contraditórias do desenvolvimento social no capitalismo. Por outro lado, cumprem o sentido ideológico de fazer a integração dos diferentes aspectos da “ordem

burguesa” (OLIVEN, 1977, p.92)¹².

Ao contrário, o materialismo dialético permite que a dinâmica da acumulação de capital, com suas tensões e contradições características, sejam investigados como o processo gerador das formações sociais, ou seja, como o elemento fundamental de onde podemos derivar alguns aspectos necessários a serem observados na ocorrência concreta dos fenômenos. O que acontece aqui, é que a teoria serve como um guia que permite a aproximação da realidade complexa. Procedendo assim, o entendimento sintético do processo capitalista de produção define com maior precisão e sem arbitrariedades quais características serão observáveis na superfície da sociedade. Conforme Harvey, após fazer a crítica das teorias econômicas burguesas:

The Marxian theory, on the other hand, commences with the dynamics of accumulation and seeks to derive out of this analysis certain necessities with the respect of geographical structures. The landscape which capitalism creates is also seen as the locus of contradiction and tension rather than an expression of harmonious equilibrium. (HARVEY, 2001, p.248).

Portanto, como pretendo fazer uma investigação do modo de produção do espaço urbano e as suas determinações refletidas nele, preciso ter uma base teórica que permita, a partir de uma lógica geral e mais abrangente, derivar aspectos necessariamente presentes.

1.2 Sociologia do Fenômeno Urbano

O estudo das formações urbanas, para Lefebvre (2004), precisa ser caracterizado pela busca de uma explicação que não abstraia as continuidades e descontinuidades do fenômeno urbano. Portanto, a investigação que não se proponha a trabalhar com a categoria de *processo* não pode oferecer uma representação e conceituação adequada da realidade urbana. Por outro lado, o processo quando se refere aos fenômenos sociais, não é devidamente apreendido se não for complementado pela *práxis*, ou seja, a ação prática dos atores sociais responsáveis pela constituição dos fenômenos. Aliando *práxis* e processo, é possível demonstrar o percurso de desenvolvimento do fenômeno incorporando as continuidades e rupturas desta prática social.

Estas categorias são centrais para uma determinada prática teórica e de conhecimento. Temos, entretanto que observar a que, se por um lado “é a teoria que decide

¹² A apropriação do objeto através de metodologias derivadas das teorias funcionalistas e demais teorias não-dialéticas, pode ser observada em UNESCO, 1978.

o que podemos observar” (EINSTEIN, apud HEISENBERG, 1996, p. 78), também é somente por ela que podemos deduzir os fenômenos subjacentes à realidade. Neste mesmo sentido, Lefebvre argumenta:

O conhecimento não é necessariamente cópia ou reflexo, simulacro ou simulação, de um objeto *já* real. Em contrapartida ele não constrói necessariamente seu objeto em nome de uma teoria prévia do conhecimento, de uma teoria prévia de objeto ou de “modelos” (LEFEBVRE, 2004, p.16).

Com isso podemos dizer que a teoria que referencia a pesquisa sobre o espaço urbano permite que sejam definidos, a partir de aproximações, os principais constituintes desta realidade. Da mesma forma, uma teoria que não faça referência a processos sociais mais amplos e de maior poder generalizador pouco pode nos dizer sobre as particularidades e similaridades existentes nas diversas formações sociais. Mais uma vez, se mostra a necessidade da teoria evidenciar e prever como e através de quais processos o espaço urbano se forma. Isto é, qual a prática social que subjaz a sua constituição.

Entretanto, o estudo dos espaços urbanos demanda uma abordagem o mais ampla possível, dado que o objeto é extremamente complexo. Em razão disso, muito do que produz sobre os espaços urbanos são estudos que se pretendem interdisciplinares. Lefebvre aponta que um dos resultados mais comuns destas tentativas de abordagem interdisciplinar é a incomunicabilidade dos especialistas, pois não conseguem superar as suas divisões de conceitos e campos de estudo (2004, p. 58).

Por outro lado, a divisão das disciplinas decorre e reproduz a divisão do trabalho, conseqüentemente, de relações e instituições científicas e sociais que acabam por reduzir os objeto das suas múltiplas determinações e hipostasiá-los. Estas observações são interessantes por nos permitirem ver como as práticas científicas são moldadas e restringidas pelas forças sociais dominantes em cada momento histórico. Isto significa que mesmo a ciência, na medida em que se fragmenta para corresponder à divisão do trabalho imposta pela forma de organização da produção capitalista, torna-se um meio de produção: “A ciência torna-se (como a realidade urbana) meio de produção. O que a politiza.” (LEFEBVRE, 2004, 65). Em outros momentos da obra, como já vimos (LEFEBVRE, 2004, p.26), a realidade urbana também aparece sob a perspectiva do desempenho de uma função produtiva para a sociedade.

O caráter produtivo que as ciências assumem no capitalismo acaba por confundir ciência e ideologia, tornando, conseqüentemente a ciência uma atividade política. Em razão disto, Lefebvre defende uma abordagem totalizante do problema, que busque aproximar os

modelos da realidade (2004, p. 68). Tal procedimento só pode ser efetivado com um referencial radicalmente crítico das próprias categorias, e por outro lado, flexível em sua aplicação à realidade.

O urbano como objeto científico só pode ter uma existência abstrata como consequência de uma abstração científica, contudo, o conhecimento teórico tem a tarefa de demonstrar “[...] o terreno e a base sobre os quais ele se funda: uma prática social em marcha, a *prática urbana* em via de constituição, apesar dos obstáculos que a ela se impõem” (LEFEBVRE, 2004, p.28).

A prática urbana, além de fundação do objeto, é também considerada como uma das dimensões que podem ser associadas ao fenômeno urbano:

“[...] há uma prática urbana que não se reduz nem às ideologias e instituições globais, concernentes ao espaço e sua organização, nem às atividades particulares denominadas “urbanísticas”, que servem de meios e fins freqüentemente desconhecidos” (LEFEBVRE, 2004, p.85).

É preciso ainda relacionar outras duas dimensões:

“[1.]A *projeção das relações sociais no solo*. Aí compreendidas as mais abstratas, as oriundas da mercadoria e do mercado, dos contratos ou quase-contratos entre os “agentes” à escala global. O fenômeno e o espaço urbanos, sob esse ângulo, podem ser considerados como “abstrações concretas”. [...] e 2.] O fenômeno e o espaço urbanos não são apenas *projeção das relações sociais*, mas *lugar e terreno onde as estratégias se confrontam*. Eles não são, de maneira alguma fins e objetivos, mas meios e instrumentos da ação” (LEFEBVRE, 2004, p.85).

Portanto, conforme se pode deduzir das citações de Lefebvre, a prática social de formação do fenômeno urbano é que precisa ser investigada para que se compreenda os padrões emergentes¹³. Já vimos que, neste caso, é necessário ater a investigação ao processo de produção do espaço urbano como uma totalidade. Assim, os processos de trabalho, de produção e de circulação, se evidenciam como os constituintes mais fundamentais das diversas práticas sociais que permitem a emergência dos padrões urbanos

¹³ Neste sentido, Castells (1983) reconhece que a distribuição das moradias segue as “leis gerais” (Castells, 1983, p. 210) da distribuição dos produtos e recursos. Desta forma caracteriza a segregação urbana como um caso extremo da estratificação urbana. A *segregação urbana*, considera ele, é uma tendência à organização de espaços sociais altamente homogêneos, mas com fortes disparidades e contrastes entre si. Isto não só nos termos das diferenças, mas principalmente quanto à hierarquia. Sobre a moradia, afirma que a questão sobre ela é essencialmente uma questão sobre a sua crise (Castells, 1983, p. 183), de maneira que este problema não diz respeito a um desequilíbrio conjuntural entre oferta e demanda, mas sim a uma necessidade de sua defasagem que advém da necessidade e da produção de moradias e equipamentos residenciais. Desta forma, defende que a discussão sobre a crise da moradia deve necessariamente passar pela análise materialista dialética. Citando Engels, demonstra que somente este método, quando aprofundado, pode dar conta das condições atuais do capitalismo. Cf. CASTELLS, 1983.

que são verificados.

Como já disse, não pretendemos que sejam exclusivos e únicos os fatores geradores. Há que considerar as representações e disputas de significados a que os espaços urbanos estão sujeitos. Entretanto estes aspectos, além de excederem os objetivos desta pesquisa, são eles mesmos condicionados pelas circunstâncias históricas que ajudam a produzir.

2. Os principais aspectos e contradições da RMPA

A RMPA pode ser dividida em sub-regiões, segundo os autores Alonso & Brinco (2006). A região polarizada economicamente por Porto Alegre, que inclui também Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Nova Santa Rita, Cachoeirinha, Alvorada, Gravataí, Glorinha, Viamão, Eldorado do Sul e Guaíba, (ALONSO & BRINCO, 2005, p. 5 e Mapa 4) é definida como RMPA2. Esta é caracterizada, segundo os autores, por um parque industrial bastante diversificado, desde petroquímica e metalurgia, até o setor alimentar e automotivo. Por outro lado, o setor terciário centraliza serviços de ordem hierárquica superior, ou seja, com maior concentração de valor. Isto é, tanto o setor secundário quanto o terciário se apresentam bastante diversificados e dinâmicos. É preciso destacar que a constituição do RMPA se deu em função da cidade de Porto Alegre em primeiro lugar, já que esta cidade liderava então o processo de industrialização do Estado. A seguir uma nova estruturação ocorreu ao longo do Eixo da BR-116, conforme se desenvolvia uma indústria manufatureira coureiro-calçadista. Ali encontramos São Leopoldo e Novo Hamburgo, que são as cidades pólo da RMPA1. Em um terceiro momento, ao longo da BR-290, estruturou-se a região nas cidades de Viamão, Guaíba, Gravataí, Canoas e Cachoeirinha.

No mesmo sentido, Borba, Alfonsin e González (2006) afirmam que a RMPA não se caracteriza pela relação centro periferia, mas sim pela divisão em dois núcleos sub-regionais: 1) Vale dos Sinos; e 2) Porto Alegre e mais 17 municípios da parte sul da Região Metropolitana. A partir dos seus argumentos, consideramos precipitado falar na ausência da relação geográfica centro-periferia, já que a definição da RMPA é legal, não necessariamente corresponde aos níveis de integração sócio-econômica e espacial observáveis.

Seguindo o recorte de integração econômica, tal como fizeram Alonso e Brinco (2006) deveremos observar a dinâmica da urbanização da região metropolitana e sua integração econômica. Para Mammarella, Barcellos e Koch (2001), as características de distribuição de renda dentro do município de Porto Alegre nos levam a concluir que as camadas mais pobres da população da RMPA não se localizam na cidade, já que Porto Alegre possui indicadores do nível de renda mais elevados do que as cidades circundantes que correspondem à RMPA2:

A menor participação dessa faixa de renda [até 2 salários-mínimos] em Porto Alegre indica que a capital do Estado, enquanto núcleo, apresenta os

maiores níveis de pobreza nos municípios periféricos, padrão que evidencia um “fechamento” da capital como local de domicílio dos pobres, seja devido ao esgotamento dos espaços livres, e conseqüente aumento do valor das moradias, seja devido a mecanismos institucionais ou não, que impedem o avanço da favelização no núcleo (MAMMARELLA, BARCELLOS & KCOH, 2001, p.109).

A partir destes argumentos, concluímos que restringir as áreas de comparação para um espaço mais interligado pela circulação e produção econômica permite uma aproximação mais precisa dos processos sócio-econômicos da RMPA e particularmente da RMPA2, pois a classificação desta integração econômica e social permite observar a dinâmica da urbanização a partir dos pólos de consumo e de concentração das forças produtivas da região.

Alonso & Brinco, destacam que estas alterações estruturais na RMPA não foram suficientes para descentralizar o peso econômico da região sul da RMPA, ou seja, aquelas que classificam como RMPA2. Os autores apontam que esta foi a região que mais recebeu investimentos ao longo dos anos 90, sendo que a RMPA1 viu-se em dificuldades econômicas no mesmo período.

Os estudos de Heindrich & Ueda (2006) indicam que esta predominância de Porto Alegre como pólo econômico também refletiu nos fluxos migratórios que caracterizaram a formação metropolitana. Porto Alegre é o ponto de destino do fluxo migratório, entretanto as cidades com mais de 100.000 habitantes são as que mais recebem os fluxos de migração intrametropolitana. Segundo estes autores, este fato decorre dos baixos preços do solo urbano e das oportunidades de trabalho. Assim, observam que a imigração de fora da RMPA, concentrada em Porto Alegre, tende a produzir uma estrutura demográfica com um nível de maior escolarização, devido às oportunidades de ascensão social e econômica. A migração interna, por sua vez, é influenciada pela “reestruturação econômica” (HEINDRICH & UEDA, 2006, p. 10) e parcialmente pelo preço do solo urbano, implicando um crescimento populacional periférico.

Quanto à economia, Mammarella (2006) afirma que apesar de ter mantido a estrutura básica da composição do PIB na região metropolitana, a “estrutura e respectivo crescimento não estão dispostos, nem ocorrem, de modo uniforme na RMPA podendo-se observar a continuidade de uma distribuição assimétrica, do ponto de vista geográfico” (MAMMARELLA, 2006, p.7), confirmando mais uma vez a heterogeneidade do espaço metropolitano da RMPA a qual já havia sido constatada por Alonso e Brinco (2006).

Uma vez que abordamos a RMPA a partir de suas características de integração econômica, complementando com alguns aspectos demográficos, é importante apresentar a estrutura ocupacional da região. Aqui, segundo Barcellos, Mammarella e Koch (2006), 42,17% da população está ocupada. Podemos observar que deste segmento populacional 49,5% se localizam nas atividades médias e do setor secundário, contrapondo a categoria de “Dirigentes” com 1,37% e dos “Intelectuais” com 7,41%. A partir destes dados, podemos constatar uma polarização ocupacional desta população e conseqüentemente uma polarização no nível de renda, decorrente da concentração de renda numa sociedade capitalista.

As autoras deste trabalho demonstram que a montagem de uma tipologia socioespacial baseada na ocupação confirma a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Isto significa que existe um alto grau de correspondência entre a segregação espacial de classes que Singer (1998) expõe em seu trabalho quando afirma que a cidade é o processo resultante de uma diferenciação de produtores e processos de produção.

Assim é que se encontra nas cidades limítrofes de Porto Alegre, Canoas, Gravataí, Esteio, Alvorada, Cachoeirinha e Guaíba a tipologia “operário” e “operário inferior”¹⁴. Por sua vez o tipo popular - que engloba os ocupados no setor terciário sem especialização, ambulantes e catadores - abrange a periferia sudeste de Porto Alegre e também as cidades de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Gravataí, Guaíba e Viamão (BARCELLOS, MAMMARELLA & KOCH, 2006, p. 12-3). Em contraste, as áreas de tipo “superior” se encontram somente em Porto Alegre, nos bairros Independência e Moinhos de Vento, bairros com rendimentos mais altas, e também Bela Vista, Boa Vista, Três Figueiras e Chácara das Pedras, bairros onde se concentra o crescimento da atividade imobiliária no setor de habitação (BARCELLOS, MAMMARELLA & KOCH, 2006, p. 7).

As autoras ainda destacam que a principal oposição que se encontra dentro das tipologias socioespaciais relativas à ocupação não diz respeito às categorias de “operários”, mas sim na contraposição da categoria “superior” com as categorias dos “ocupados na

¹⁴ A opção por manter a denominação criada pelas autoras, apesar de considerar que podem levar a uma apreciação funcionalista, e eventualmente escatológica da realidade social, foi feita porque entendo que o objetivo neste momento é uma visão panorâmica do que já foi discutido sobre esta realidade. Um argumento crítico ao uso das categorias das estatísticas sociais pode ser encontrado em May, (2004, pp. 89 ss.).

construção civil” e no “Setor Terciário não especializado”¹⁵. Isto, entretanto, só pode ser demonstrado quando a área da investigação não se concentra na cidade de Porto Alegre, mas sim na sua região metropolitana e especificamente na RMPA2, conforme descrita por Alonso e Brinco (2006) (BARCELLOS, MAMMARELLA & KOCH, 2006, p. 13). Mammarella (2006), em outro artigo, confirma explicitamente a necessidade de investigar a partir das subdivisões internas da RMPA devido a diferenciação econômica gerada pelos diferentes tipos de investimentos que se fazem na RMPA1 e RMPA2 (MAMMARELLA, 2006, p.2).

Seguindo na tipologia socioespacial da RMPA, as autoras ainda demonstram um dado que podemos considerar coerente com as desigualdades já apresentadas. Na região periférica de Porto Alegre e suas cidades limítrofes é onde se encontra a menor taxa de ocupação da população economicamente ativa, chegando a 75,54% no seu mínimo, ou seja, verifica-se desocupação de 24,46%. Da mesma maneira, é nestas regiões que encontramos os mais baixos níveis de renda da RMPA (BARCELLOS, MAMMARELLA & KOCH, 2006, p. 16-7).

Segundo Mammarella (2006), Porto Alegre e a RMPA2 sofreram ao longo da década de 80 uma relativa desindustrialização, onde a participação do seu setor secundário em Porto Alegre passou de 18,87% em 1980 para 12,44% da participação no PIB do Estado em 1990, e 14,81% da produção industrial em 1980, passando a 12,60% em 1990 para a RMPA2 (MAMMARELLA, 2006, p.11). Ocorre, no entanto, um aumento na participação do setor terciário para a RMPA2 de 39,42% para 41,05% com relação ao Estado. Esta desindustrialização relativa de Porto Alegre e da RMPA 2 confirmam as hipóteses teóricas de Harvey sobre a racionalização arbitrária do espaço urbano, ou seja, de que o desenvolvimento capitalista de um determinado período histórico cria formas urbanas que posteriormente são um empecilho para a continuidade do processo de produção capitalista. Assim é que Mammarella (2006, p. 12) afirma que os espaços industriais na área de Porto Alegre exigem tal grau de investimento para o assentamento das plantas, que a saída mais barata consiste em expandir as zona industriais para as cidades próximas. Este motivo é uma das principais razões para o aumento relativo dentro da RMPA2 do setor secundário nas cidades de Cachoeirinha, Canoas, Esteio, Gravataí e

¹⁵ MEYER, 1978, oferece uma discussão sobre os modelos de planejamento urbano destacando principalmente os processos de favelização. Onde também é abordado este tema, mas especificamente o caso de São Paulo é KOWARICK, 1979, especialmente nos capítulos 2 e 3.

Guaíba.

A autora destaca que os espaços industriais de Porto Alegre continuam existindo, porém, com uma característica diferenciada, já que estão voltados para

ramos que não produzam ruídos, que não consumam muito espaço urbano, que não operem grandes volumes de matérias-primas ou produtos, que necessitem estar muito próximas dos seus principais mercados, que necessitem estar próximas dos centros de pesquisas e universidades, ou ainda que necessitem de mão-de-obra muito especializada (MAMMARELLA, 2006, p.12).

No perfil demográfico da RMPA2, segundo Heindrich & Ueda (2006, p.4), uma das características mais marcantes das cidades de Alvorada e Viamão é a alta participação do grupo jovem na distribuição populacional. Respectivamente são 31,9% e 29,3% os percentuais de participação da faixa etária de 0 a 14 anos. Isso se deve a algumas características específicas, tais como: predominância de setores de baixa renda e do perfil pouco qualificado da mão - de - obra , além exercer a função de dormitório para Porto Alegre.

Marzulo (2006) também faz uso dos dados do Censo 2000 para a sua investigação da concentração de riqueza na RMPA. O autor deixa claro que apesar de serem genéricos os dados produzidos pelo Censo, eles permitem observar tendências de concentração de renda que devem ser levadas em conta em investigações sobre o tema (MARZULO, 2006, p.2). Segundo o autor, a análise dos dados revela que a distribuição de renda explicita a problemática da região metropolitana quando se investigam as rendas mais baixas (MARZULO, 2006, p.2-3). Isto porque existe uma alta correlação entre a distribuição espacial das rendas mais baixas e a formação do espaço metropolitano. Estas características se fazem evidentes ao analisarmos as AEDs dos municípios limítrofes de Porto Alegre, pois observa-se a descontinuidade na ocorrência dos índices de nível alto de renda. Pelo contrário, mesmo quando as AEDs que apresentam índices de nível de renda baixo se situam em áreas de municípios limítrofes, aí ocorre a continuidade de sua localização espacial: “os territórios com as rendas mais baixas não são limitados pelas fronteiras municipais” (MARZULO, 2006, p.10). Portanto, para o autor, a espacialização da distribuição de renda demonstra uma nítida

concentração de baixa renda, em especial nos limites entre os municípios, situação que se torna ainda mais relevante dada sua incidência nas margens do eixo concentrador de riqueza, isto é, onde estão os índices muito altos e altos de renda acima de 10 SMs [salários-mínimos] e baixos de renda até meio SM e mesmo de até dois SMs (MARZULO, 2006, p.9).

Assim fica clara a localização periférica das rendas mais baixas nos municípios, de modo que estas áreas periféricas acabam por se juntar umas às outras das diferentes cidades, criando amplas regiões de baixa renda. As rendas mais altas por sua vez, são isoladas e de ocorrência centralizada tal como previsto por Singer (1998). Por outro lado, os dados sobre as rendas indicam que a migração da burguesia e das classes médias para os subúrbios ainda não tem impacto estatístico relevante (MARZULO, 2006, p.3), ou seja, por ser ainda incipiente e marginal, não é um fenômeno a partir do qual se possa afirmar que tenha capacidade de alterar as características demográficas da região metropolitana.

Os números dos Censos de 1991 e 2000 indicam um aumento do número de casas como moradia tanto nos segmentos baixos quanto médios, enquanto o percentual de residências em apartamento nos bairros com renda mais elevada atingem cifras de cerca de 80%. Observa-se também a verticalização da moradia em Porto Alegre a partir das unidades disponíveis que são, em números relativos, 70% computadas como apartamentos (Metroplan, Sinduscon-RS). É importante ressaltar, entretanto, o aumento do número absoluto de moradias em casas, o que significa tanto o aumento no número de moradias irregulares (segundo dados da Prefeitura Municipal 79% da moradia do bairro Mário Quintana são irregulares) como também o aumento da procura por condomínios residenciais fechados, principalmente na zona sul da cidade, mas pelos segmentos médios e altos de renda (BARCELLOS, 2004).

Barcellos (2004) investiga as tendências do setor imobiliário da RMPA a partir de um enfoque que justapõe as carências habitacionais da população de baixa renda e a realidade da moradia para a população de renda mais alta.

Afirma que o processo de segmentação do espaço urbano que se constata na RMPA segue as tendências observadas em diversas outras cidades, já que as suas características parecem remeter a uma adaptação dos espaços urbanos à nova divisão internacional do trabalho (BARCELLOS, 2004, p. 65). Nesta linha de argumentação Mammarella, Barcellos e Koch (2001) indicam que cada vez mais a reestruturação produtiva e a globalização são apresentadas na bibliografia de estudos urbanos como fatores que permitiram a emergência de um novo padrão urbano.

Segundo estes argumentos, pode-se perceber cada vez mais uma preponderância do setor terciário sobre o setor das indústrias, de modo que a nova estrutura de emprego e renda, de maneira geral, passa a se caracterizar por ocupações de alta qualificação e remuneração coexistindo lado a lado com ocupações de baixa qualificação e renda. Fica

assim caracterizado um quadro de aumento das desigualdades sociais e uma piora na distribuição da renda (BARCELLOS, MAMMARELLA & KOCH, 2001, p. 99).

Com relação ao processo de desenvolvimento do setor imobiliário para moradia, a Barcellos afirma que a “elitização da produção imobiliária de cunho empresarial tem como contraponto o crescimento das áreas irregulares de moradia, tornando essa questão fundamental para a compreensão das diferenciações sociais existentes entre os espaços da metrópole” (BARCELLOS, 2004, p.65).

Um dos aspectos que corroboram esta afirmação é o aumento populacional localizado ocorrido na RMPA. Quando se observam os dados relativos aos aglomerados subnormais¹⁶ estes apresentam um crescimento, no ano 2000, de 56% com relação a 1991. A RMPA, para o mesmo período, teve um aumento populacional total de 17% (BARCELLOS, 2004, p. 74). Isto significa que a taxa de crescimento da população nas zonas de pouca qualidade habitacional e infra-estrutura básica foi mais que três vezes superior ao crescimento total.

Além deste aumento concentrado e específico da população nas zonas de baixa renda, Barcellos sugere ainda outra circunstância que afetou de maneira central o acesso à moradia na RMPA, bem como no Brasil como um todo. Trata-se da extinção, em 1986, do BNH, que encerrou o canal de crédito habitacional direcionado para a população de baixa renda. Por outro lado, as empresas construtoras puderam elas mesmas criar sistemas próprios de financiamento para os seus imóveis, que por sua vez são destinados às rendas mais altas (BARCELLOS, 2004, p. 66). Assim, o acesso à moradia através do crédito se tornou impossível para os pobres, uma vez que os imóveis produzidos são destinados às rendas altas e as linhas de crédito para imóveis de preço mais acessível estão extintas¹⁷. Em função disso, concluímos com a autora que:

o mercado imobiliário não conseguiu incorporar famílias com renda muito baixa, mesmo no caso dos conjuntos habitacionais populares. A venda de lotes individuais, voltada para moradia de população de renda mais baixa, passou a ocorrer em áreas cada vez mais afastadas, devido ao processo de valorização da terra (BARCELLOS, 2004, p.72).

¹⁶ Ver nota 19, p. 31 desta pesquisa.

¹⁷ Podemos notar recentemente um aumento nas linhas de financiamento dos principais bancos brasileiros para imóveis. Além disso, segundo o PNAD 2007, os rendimentos do trabalho, entre 2004 e 2007, tiveram um aumento real de 15,6%, ficando na média nacional de R\$956,00. Estes dados quando comparados com as rendas da periferia da RMPA revelam o grau de concentração de renda, pois encontramos na faixa mais populosa da região as maiores ocorrências de rendas inferiores a 5 salários mínimos (Cf. Figura 10 e 11, no Anexo B desta pesquisa). Desta forma ainda parece se sustentar a hipótese de que a população com mais baixa renda continua excluída da participação na constituição do espaço urbano de forma digna e autônoma.

Estas afirmações podem ser comprovadas quando observamos as características das unidades habitacionais produzidas pelo setor imobiliário¹⁸. O aumento da atividade neste setor quando associada à mercantilização dos produtos, reflete um maior número de apartamentos sendo produzidos. Desta forma, podemos afirmar que o aumento na quantidade de moradias em apartamento indica um crescimento do “empresariamento” na produção imobiliária (BARCELLOS, 2004, p.73). Isso porque, para o ano 2000, 82% das moradias na RMPA eram casas. Em Porto Alegre, cidade onde os apartamentos apresentam o maior percentual de moradias da RMPA, sua ocorrência foi de 36% em 2000 contra 39% em 1991 (BARCELLOS, 2004, p.73). Os dados indicam que o aumento da participação das casas no total das residências corresponde a um crescimento de ocupação irregular. Para as cidades da RMPA2 Alvorada, Canoas, Estância Velha e Sapucaia do Sul e Gravataí foi absoluto o aumento do número de moradias em casas.

Estes dados quando comparados com a ocorrência geográfica da precarização das condições de moradia indicam a dimensão exclusão do segmento populacional de baixa renda do acesso à moradia (BARCELLOS, 2004, p.74). Ainda podemos notar que este crescimento no número das casas como moradia está relacionado a este segmentos de renda baixa (de meio a um salário mínimo) e média (de cinco a dez salários mínimos). O segmento da população de alta renda está associado à moradia em apartamentos, onde sua proporção também aumentou segundo Barcellos (2004, p.73-4). Nos bairros onde estão localizados os estratos de rendas mais elevadas, a correspondência das residências classificadas como apartamentos chega a 80% nas áreas relativas aos bairros Auxiliadora, Mont’Serrat, Moinhos de Vento, Bela Vista, Bom Fim, Farroupilha, Independência, Petrópolis e Floresta:

Pode-se observar, portanto, que a pressuposição acerca da relação apartamento/regularidade da situação de moradia, de certo modo, se confirma quando se identifica o predomínio dessa condição nos bairros de residência das elites e das camadas médias (BARCELLOS, 2004, p.76).

Castello (2006) aprofunda a análise das características do espaço urbano da RMPA a partir da qualificação dos domicílios. Baseia suas informações nos dados produzidos pelo Censo Demográfico 2000, no item “Característica dos Domicílios”. Em primeiro lugar levanta as características das habitações com relação ao seu meio, ou seja, balizando as

¹⁸ Consultar o próximo capítulo da presente pesquisa.

informações com o padrão geral de urbanização onde se encontra o núcleo habitacional. Ainda com os mesmos dados, delinea o bem-estar das famílias a partir do seu consumo de bens e equipamentos de uso doméstico. Um terceiro aspecto levantado são as características internas dos imóveis. Para tanto verifica a intensidade de ocupação do espaço, suas formas de propriedade e de apropriação (CASTELLO, 2006, p.2).

Em relação ao primeiro ponto, é central a sua observação para os dados levantados sobre os aglomeramentos subnormais¹⁹. Esta é a classificação com a qual se dimensiona o que se costuma chamar favelas. A partir da comparação deste indicador em dois censos distintos, 1991 e 2000, para as cidades de Alvorada, Esteio, Parobé e Sapucaia do Sul, concluiu que houve uma mudança na formação do dado entre uma edição do Censo e a outra (CASTELLO, 2006, p.9-10). Por outro lado, destaca que esta classificação só é aplicada em áreas onde se encontrem mais de 50 unidades domiciliares, o que provoca uma significativa queda na ocorrência destes números, pois como já vimos, houve um aumento populacional nos aglomeramentos subnormais de 56% no ano de 2000 em relação a 1991 (BARCELLOS, 2004, p.74).

O nível de conforto indicado pelo uso de bens domésticos demonstra mais uma vez a interdependência da circulação econômica na RMPA2. A autora aponta que quanto maior é o nível de integração com a cidade pólo, tanto maior é o nível do uso de “bens de acesso difundido”. As exceções são as cidades de Alvorada e Cachoeirinha, cidades de muito alta integração, onde o nível de difusão destes bens se encontra logo abaixo do percentual das cidades com médio nível de integração. Esta exceção pode ser um indicador da desigualdade social encontrada nestas cidades com relação a Porto Alegre. No caso destas duas cidades, ambas as classificações de integração, a de Alonso & Brinco (2006) e a de Castello (2006), as colocam com um alto índice de integração sócio-econômica à cidade de Porto Alegre²⁰. O nível da renda, por sua vez, indica que a população destas duas cidades participa na economia através das ocupações e atividades com remunerações mais baixas.

O terceiro aspecto investigado pela autora diz respeito à relação de uso dos

¹⁹ “(...) conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas, etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carente, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (IBGE, *apud* MAMMARELLA, 2004, p.54).

²⁰ O nível de integração sócio econômica diz respeito à circulação dos fatores de produção e de mercadorias e serviços dentro de uma dada unidade produtiva. Neste caso, na situação capitalista na qual se insere a RMPA o principal “fator de produção”, são pessoas, ou melhor, força de trabalho.

moradores com os imóveis, mais especificamente a situação de adequação e estrutura de propriedade dos imóveis usados como moradias. Em primeiro lugar, devemos considerar o índice de pessoas por domicílio, que chega na RMPA a 3,3, seguindo uma tendência de queda desde os anos 70. A inadequação habitacional decorrente do “adensamento excessivo”, ou seja, mais de três moradores por cômodo incide com maior relevância nas cidades de alta integração, ou seja, aquelas da RMPA2. Esta mesma relação de precarização das condições de moradia, relacionada com o nível de integração, ocorre com o indicador de “domicílios com até 3 cômodos”.

A “propriedade do domicílio sem propriedade do terreno”, que indica a ocupação irregular do espaço urbano, também se verifica tão mais alta quanto mais integrada a cidade. Por outro lado, é interessante notar que a cidade com menos casos de propriedade domiciliar é Porto Alegre, onde se encontra o maior número de domicílios alugados.

Finalmente Castello trabalha com o indicador percentual do “Déficit Habitacional”, um indicador composto pelo somatório de cômodos cedidos e alugados, domicílios improvisados e famílias conviventes. Este indicador composto é elaborado pela Fundação José Pinheiro, ligada ao Ministério das Cidades. Os dados brutos levantados pelo Censo do IBGE servem à fundação como material de trabalho para a produção do indicador. Porém observamos que este índice deixa de englobar os anteriores e em razão disto não dá dados mais apurados sobre a precariedade habitacional.

Para Mammarella (2004) o termo *déficit habitacional* já é reconhecido na literatura sobre o assunto, sem, no entanto, ser exaustivo na abordagem dos indicadores da qualidade habitacional das metrópoles brasileiras. Por lidar com uma quantidade limitada de informações, foi criado também o índice de *inadequação habitacional*, sendo que a diferença entre os dois índices corresponde às necessidades de reposição de unidades habitacionais. Assim, os domicílios cobertos pelo índice da inadequação habitacional se caracterizam por condições de precariedade, demandando melhorias que não significam a construção de uma nova unidade habitacional. O indicador composto por estes dois índices é chamado de *necessidades habitacionais*, e também é calculado pela Fundação João Pinheiro, ligada ao Ministério das Cidades.

Servem como base para o cálculo das necessidades habitacionais os totais dos indicadores de: cômodos cedidos ou alugados, famílias conviventes (chefes de família que não são chefes de domicílio), domicílios particulares permanentes que estão sob adensamento excessivo (acima de três moradores por dormitório), domicílios com carência

de água, domicílios com carência de iluminação, domicílios com carência de instalação sanitária, domicílios com carência na destinação do lixo urbano, domicílios com carência na destinação do lixo rural, domicílios com deficiência de abastecimento de água, domicílios com deficiência de instalação sanitária, domicílios com deficiência de coleta de lixo urbano, domicílios com deficiência no destino do lixo rural, domicílios sem sanitário e dos domicílios localizados em terreno na condição de não próprio.

Podemos, portanto, afirmar que a desigualdade social que caracteriza a diferença nas formas de apropriação e uso do solo urbano não constitui novidade para a ciência social no Brasil. A grande disponibilidade de dados, no entanto, não reflete uma discussão teórica dos processos subjacentes à formação e constituição do espaço urbano.

Mammarella (2004) busca demarcar os principais processos que envolvem o fenômeno metropolitano, de modo a situar a questão da moradia, no contexto das contradições que a construção e a formação das metrópoles produzem. Assim como Barcellos (2004) creditava às mudanças da divisão internacional do trabalho um papel condicionante para as mudanças da região metropolitana, para esta autora o que

se constata, portanto, é que as condições e os meios de vida nas grandes metrópoles pioraram na década passada, e as favelas, ou vilas, são, ainda hoje, a realidade que melhor expressa os efeitos socioespaciais da inserção das grandes cidades no processo de reestruturação produtiva, constituindo-se na face visível da intensificação dos processos de segregação, segmentação e fragmentação social e espacial nas cidades (MAMMARELLA, 2004, p.34-5).

A autora considera que nas metrópoles brasileiras a concentração espacial da economia esteve associada ao crescimento da população e também à elevação do preço da terra. Desta forma, vincula ao desenvolvimento da economia capitalista à formação das metrópoles e suas contradições.

Devemos, entretanto, notar que não há uma análise do processo de construção do espaço urbano com o objetivo de acumulação.²¹ Isto é, seguindo Harvey, as considerações teóricas fazem referência aos sítios geográficos apenas como os palcos para a ocorrência e realização dos fenômenos da economia capitalista, mas não investigam a dimensão espacial do capitalismo através da produção capitalista do espaço, ou seja, o espaço como força

²¹ Um outro aspecto muito importante subjaz a temática da RMPA. As desigualdades sociais e suas diversas manifestações pretendem situar-se como um aspecto de importância central para a compreensão de diversos fenômenos, inclusive os urbanos. É preciso reconhecer, contudo, que as desigualdades são padrões emergentes de um processo que as constitui, ou seja, são fenômenos que tem origem e determinação histórica. Podemos encontrar na revista Sociologias, n. 18, uma discussão atualizada sobre o tema e seus desdobramentos no Brasil na América Latina.

produtiva. Apenas ao considerarmos o espaço como uma força produtiva, assim como a ciência, por exemplo, é que o processo da sua mercantilização revela como a sua produção, quando feita dentro das condições históricas do capitalismo, resulta em acumulação, concentração, e centralização de riquezas nas mais diversas formas.

3. Análise dos dados

Nos capítulos anteriores tivemos a oportunidade de nos familiarizarmos com alguns dos aspectos mais destacados da RMPA, principalmente aqueles que dizem respeito às características demográficas e sócio-econômicas da região. Além disso, também consideramos linhas teóricas que fazem a discussão do espaço urbano como um problema das ciências humanas.

Primeiro, repassamos alguns aspectos teóricos do desenvolvimento urbano. Lefebvre (2004) afirma que o espaço urbano é força produtiva e que isso o torna político. Singer (1998) argumenta que surgimento do espaço urbano é produto de uma divisão social do trabalho, onde se pode observar uma hierarquia no comando e controle da distribuição e circulação dos produtos, assim também indica que o espaço tem a sua dimensão política, através da dominação de classes. Além disto, aponta que a divisão ecológica entre espaço urbano e rural não dá conta de todas as relações sociais implicadas nesta manifestação social. Harvey (2001) busca demonstrar como a acumulação capitalista, base fundamental para o processo de expansão do sistema do capital, se relaciona com a formação dos espaços. Seguindo Marx, afirma as tendências contraditórias do desenvolvimento capitalista que busca “aniquilar o espaço como tempo”.

Pudemos perceber, a partir da revisão bibliográfica, que a RMPA pode ser considerada em subdivisões (ALONSO & BRINCO, 2006), e que para os propósitos desta pesquisa, considerar a sub-divisão da RMPA2, uma área que integra onze municípios circundantes a Porto Alegre, nos permite observar algumas das contradições e desigualdades mais intimamente relacionadas pelo desenrolar dos processos econômicos e sociais da região.

Ainda neste sentido, alguns trabalhos (MARZULO, 2006; MAMMARELLA, 2004 e 2006) apontam a evidência dos dados relativos à distribuição de renda e da riqueza dentro do espaço intra-metropolitano. Para Marzulo, a distribuição da riqueza está diretamente associada com o padrão de desenvolvimento metropolitano. Mammarella indica que os investimentos desiguais no desenvolvimento econômico da região produziram e mantiveram as características de desigualdade social.

Para a realização da pesquisa foi fundamental também o acesso aos dados relativos à situação social e demografia da RMPA. Neste sentido as AEDs agrupadas do Censo 2000 foram indispensáveis para a localização espacial dos indicadores sociais com os quais trabalhamos, dentre eles os mais importantes foram: Adensamento Excessivo (proporção de

domicílios particulares permanentes com mais de 3 moradores por dormitório), Grau de Integração Metropolitana, Ocupação subnormal (conjuntos de habitações em terrenos desprovidos de serviços e equipamentos), Domicílios com até 3 cômodos por AED, Domicílio Tipo Apartamento por AED, Domicílio Improvisado por AED, Domicílios Próprios sem Propriedade do Terreno, Famílias Conviventes por AED, e finalmente Déficit Habitacional por AED, indicador composto pelo somatório dos domicílios com famílias conviventes, domicílios improvisados e domicílios com cômodos cedidos ou alugados com relação ao total de domicílios do município. Esta série de elementos, tanto teóricos quanto de natureza bibliográfica e documental, agora me permitem dar início a um levantamento e comparação de dados referentes ao problema de pesquisa proposto.

O problema a ser investigado gira em torno do eixo existente entre a atividade econômica do mercado imobiliário e da construção civil, por um lado, e por outro, as demandas habitacionais e condições de moradia, dentro do recorte espacial da RMPA nos anos de 2000 a 2007.

Questiono, portanto, se a construção do espaço urbano, expressada na construção do mercado imobiliário de moradias na RMPA, indica uma tendência à queda na demanda por melhores condições habitacionais dentro desta região. É possível identificar as relações sociais, especificamente no âmbito das relações de circulação, produção e consumo, que dão origem à configuração urbana/demográfica da RMPA? Temos condições de identificar as implicações sociais que decorrem deste modo de urbanização?

Para estes questionamentos foram apresentadas três hipóteses. Antes de tudo que a lógica de acúmulo, concentração e centralização de capital determina o aumento no número de empreendimentos imobiliários. Sendo assim, a continuidade das carências habitacionais persiste lado a lado com a expansão da atividade econômica do setor imobiliário.

Desta forma, propus uma segunda hipótese que afirma a discrepância entre a oferta de moradias, produzida pelo setor imobiliário, e a demanda por melhores condições habitacionais, tal como expressa pelos estudos demográficos da RMPA. Esta discrepância, sugiro, é devida à necessidade de consumo de capital e trabalho como mercadorias, isto é, a produção de unidades habitacionais não é destinada ao consumo pela sua utilidade habitacional, mas como forma de valorização do capital.

Uma terceira hipótese decorre desta. O processo de formação do espaço urbano indica que as mercadorias produzidas pelo setor imobiliário não se destinam à venda para a realização da mais valia. Sua natureza particular, a de ser propriedade privada de pedaços do globo, possibilita que seu uso se destine à apropriação da renda da terra e especulação

imobiliária.

Portanto, para verificar a primeira hipótese, temos que demonstrar o aumento no número de empreendimentos imobiliários. Com estes dados, é possível verificar a concentração e centralização da ocorrência espacial desta atividade econômica. Uma vez que se verifiquem estas, teremos que levantar a questão da concentração, centralização e a acumulação de propriedade, isto é, se há no nosso objeto a manifestação destas tendências inerentes à dinâmica do processo capitalista. Feito isto, temos condições para demonstrar a localização e intensidade das necessidades habitacionais da RMPA2.

Segundo o Sinduscon-RS, através do X Censo do Mercado Imobiliário, no período de maio de 2006 a maio de 2007, das 5.483 unidades novas, 5.067 eram unidades residenciais e destas, 4.538 eram apartamentos, isto é, 82,76% do total das novas unidades. A Tabela 1 apresenta os números em sua evolução desde o ano de 2004.

Tabela 1 - Estrutura do mercado imobiliários nos últimos quatro Anos

Ano	2004	2005	2006	2007
Nº Empreendimentos	436	478	461	459
Nº Empresas	227	233	225	238
Nº Imóveis em Ofertas	6.422	6.482	5.395	5.483
Média de Empreendimentos por Empresa	1,92	2,05	2,05	1,93
Média de Imóveis por Empreendimento	14,73	13,46	11,70	11,95
Média de Imóveis por Empresa	28,29	27,82	23,98	23,04
Área total em oferta (m ²)	1.120.447	1.223.244	864.41	835.278
Área Média das Unidades (m ²)	174,47	188,71	160,22	152,24
Área Média por Empresa (m ²)	4.935,89	5.249,97	3.841,82	3.509,61

FONTE: Sinduscon-RS. X Censo do Mercado Imobiliário.

Constatamos em primeiro lugar que, apesar de haver uma diminuição no número de imóveis produzidos, anualmente o seu número não baixa de 5.000 unidades novas. Como vemos na Tabela 2, na página seguinte, se constata que se por um lado houve diminuição no número de imóveis, por outro houve um aumento absoluto e relativo na produção de imóveis residenciais, ainda que a área também tenha diminuído, segundo a Tabela 1.

Portanto, fica claro que existe dentro deste período um crescimento no número de

habitações produzidas para moradia. Além disto, estas unidades habitacionais são em sua maioria, apartamentos. Barcellos (2004, p. 65 e 72) considera que a produção de imóveis pela iniciativa empresarial tem como resultado uma elitização da moradia que deve estar associada com o crescimento das áreas irregulares, isto porque as características do mercado imobiliário indicam que as famílias de renda baixa não são incorporadas.

Podemos perceber que a maior concentração de unidades produzidas se dá na categoria dos apartamentos. Neste segmento, vemos que os apartamentos de 2 e 3 dormitórios são a maioria, pois correspondem a 69,63% de todas os imóveis novos do período.

Tabela 2 – Evolução da Distribuição das Unidades em Oferta nos Últimos Quatro Anos

Tipos	2004		2005		2006		2007	
	Unidade	%	Unidade	%	Unidade	%	Unidade	%
Ap. JK	0	0,00	0	0,00	80	1,48	95	1,73
1 Dorm.	169	2,63	212	3,27	276	5,12	461	8,41
2 Dorm.	1.612	25,1	1.492	23,02	1.285	23,82	1.673	30,51
3 Dorm.	2.196	34,19	2.431	37,5	2.195	40,69	2.145	39,12
4 Dorm.	208	3,24	244	3,76	139	2,58	164	2,99
Sub-total	4.185	65,17	4.379	67,56	3.975	73,68	4.538	82,76
Casa 2 Dorm.	126	1,96	62	0,96	90	1,67	38	0,69
Casa 3 Dorm.	1.264	20	1.286	19,84	787	14,59	308	5,62
Casa 4 Dorm.	176	2,74	36	0,56	40	0,74	35	0,64
Sub-total	1.566	24,38	1.384	21,35	917	17,00	381	6,95
Cob 1 Dorm.	11	0,17	9	0,14	5	0,09	6	0,11
Cob 2 Dorm.	32	0,5	22	0,34	17	0,32	17	0,31
Cob 3 Dorm.	72	1,12	59	0,91	50	0,93	32	0,58
Cob 4 Dorm.	2	0,03	5	0,08	6	0,11	2	0,04
Sub-total	117	1,82	95	1,47	78	1,45	57	1,04
Sub-total (Outros)	554	8,63	624	9,63	425	7,89	507	9,25
TOTAL	6.422	100	6.482	100	5.395	100	5.483	100,00

FONTE: Sinduscon-RS. X Censo do Mercado Imobiliário.

Por outro lado, se verificarmos dentro da categoria apartamentos como se distribuem as faixas de valor, podemos perceber que das 4.592 unidades, somente 2,24%, ou seja, 103 delas têm preço inferior a R\$80.000,00. Fica, assim, demonstrado que os imóveis estão fora do alcance das famílias de renda baixa, já que as condições de financiamento para a habitação da população desta faixa de renda deixaram de existir após a extinção do BNH²².

O X Censo do Mercado Imobiliário classifica as coberturas com uma categoria

²² Consultar nota 17, p.30 desta pesquisa.

diferente de apartamento. Portanto estes números podem ser ainda maiores se as considerarmos como um único tipo de imóvel. Esta ressalva é necessária já que o Censo do SUNDUSCON-RS tem como objetivo operar com as categorias consagradas no mercado imobiliário e não na literatura das ciências sociais.

Diante dos dados é necessário concluir que existe um crescimento na produção de apartamentos dentro do setor imobiliário. Contudo, estes apartamentos se concentram em um faixa de valor que os coloca fora da perspectiva de aquisição da população de baixa renda. Estas unidades habitacionais produzidas se concentram, segundo o Censo, em apenas 10 dos 54 bairros pesquisados pelo SINDUSCON-RS. São 3.077 unidades, 56,12% do total, se concentram nos bairros: Bela Vista (299), Chácara das Pedras (166), Higienópolis (410), Jardim Botânico (291), Menino Deus (356), Mont Serrat (231), Passo da Areia (288), Petrópolis (638), Rio Branco (231) e Tristeza (167).

Tabela 3 – Evolução do Número de Apartamentos em Oferta por Faixa de Valor

Valor em R\$	2004		2005		2006		2007	
	Unidade	%	Unidade	%	Unidade	%	Unidade	%
até 80.00	27	0,65	56	1,33	128	3,19	103	2,24
80.000 - 120.000	351	8,43	334	7,94	228	5,68	374	8,14
120.000 - 200.000	1.465	35,18	1.258	34,64	969	24,12	1.307	28,46
200.000 - 300.000	1.122	26,95	1.194	28,37	1.128	28,08	1.233	26,85
300.000 - 705.000	1.020	24,50	1.184	28,13	1.340	33,36	1.300	28,31
acima de 705.000	179	4,30	183	4,35	224	5,58	275	5,99
Total	4.164	100	4.209	100	4.017	100	4.592	100

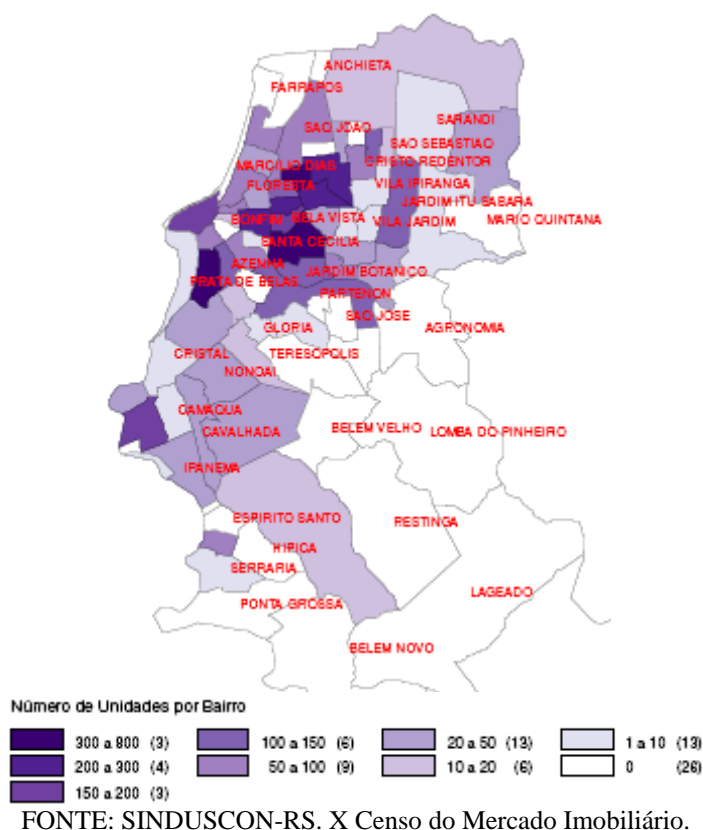
FONTE: Sinduscon-RS. X Censo do Mercado Imobiliário.

Os mapas 1 e 2, representados nas páginas seguintes, demonstram claramente a concentração no eixo central da cidade de Porto Alegre. Eles apresentam os dados relativos a todas as categorias de imóveis, contudo, dado que a maioria absoluta destes é composta pela categoria apartamentos, concluímos que os apartamentos, não podem se localizar fora da faixa de concentração que o quadro geral apresenta.

A partir dos mapas, portanto, podemos concluir que existe uma concentração e centralização espacial na ocorrência da atividade econômica de produção de moradias. As características da espacialização da atividade econômica não nos levam diretamente à conclusão que também há uma concentração e centralização da propriedade. Entretanto,

embora não traga os dados brutos, o Censo do SINDUSCON-RS afirma que “50 empresas (21,01% do universo) concentram 66,97% do total de unidades em oferta”, ou ainda, “16 empresas (6,72% do universo) concentram 40,89% do total de unidades em oferta” (SINDUSCON-RS, 2007, p.5).

Mapa 1 – Distribuição da Oferta de imóveis

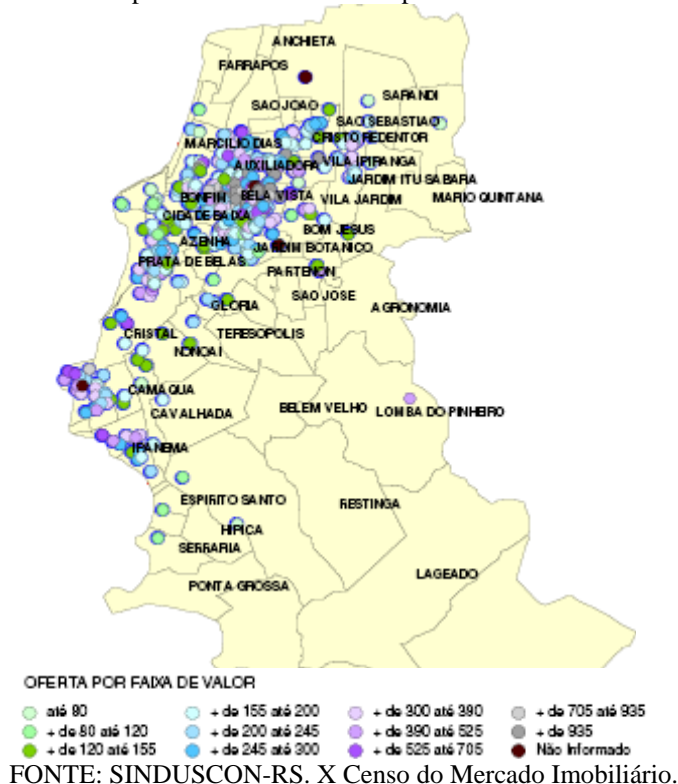


Por outro lado, o Censo indica que das 238 empresas, 187 possuem apenas 1 ou 2 empreendimentos, concentrando 33,03% do total de imóveis. Portanto podemos perceber que 78,57% das empresas dividem cerca de 33% do mercado, enquanto pouco mais de 6% das empresas dividem aproximadamente 40% do mercado. Considero que estes dados são suficientes para demonstrar que a atividade do setor imobiliário em Porto Alegre se encontra concentrada e centralizada. Além disto, os dados também evidenciam que estes mesmos aspectos se manifestam no espaço urbano.

Temos aqui duas situações que ocorrem de maneira paralela. As características de concentração e centralização, como fenômenos abstratos da economia capitalista, já foram previstas e evidenciadas na obra *O capital* de Marx (1975), e mais recentemente, conforme vimos na discussão teórica, em Harvey (2001). Contudo, além deste aspecto generalizante, temos evidências que indicam que também ocorrem no espaço urbano, tal como Harvey

(2001) e Lefebvre (2004) indicavam. Portanto, podemos dizer que a formação e constituição do espaço urbano estão condicionadas à dinâmica da produção e circulação econômicas que regem a nossa sociedade no momento atual.

Mapa 2 – Oferta de imóveis por faixa de valor



Para verificar a primeira hipótese completamente, resta agora demonstrar a continuidade e localização das carências habitacionais na RMPA2. Em primeiro lugar, os dados do Censo 2000 do IBGE indicam que a não ser em Porto Alegre, para as demais cidades da RMPA2, a ocorrência de residências em apartamentos raramente chega a 9%, segundo a Tabela 4, na página seguinte. Como exceção, Porto Alegre apresenta mais de 44% dos domicílios situados em apartamentos. Este fato revela uma característica interessante do padrão de urbanização da RMPA, pois os números evidenciam que este tipo de moradia não só é muito restrito, como também muito pouco distribuído, gerando uma polarização, esta por sua vez devida à concentração e centralização de sua ocorrência. Ainda como podemos ver, os municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Gravataí, Glorinha e Viamão, que se destacam por apresentarem os maiores números referentes à carências habitacionais de diversas formas possuem percentuais bastante baixos de domicílios como apartamentos.

Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes de tipo apartamento na Região Metropolitana de Porto Alegre - 2000

MUNICÍPIOS	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES		PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS DE TIPO APARTAMENTO
	Total	Tipo Apartamento	
Alvorada	51,128	2,145	4.19
Canoas	89,536	8,419	9.40
Eldorado do Sul	7,826	50	0.64
Esteio	23,572	2,229	9.45
Glorinha	1,805	0	0.00
Gravataí	67,003	1,088	1.62
Guaíba	27,441	2,249	8.20
Nova Santa Rita	4,544	24	0.53
Porto Alegre	440,365	194,952	44.27
Sapucaia do Sul	36,416	3,121	8.57
Viamão	65,812	591	0.90
Total	1,131,366	240,059	21.22

FONTE: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata).

(1) Baseado em: FEE. M29_munic_apartamentos. In: FUNDAÇÃO DE

ECOMOMIA E ESTATÍSTICA. Como anda a metrópole. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.

No Anexo B (p. 63) são apresentados os mapas da RMPA 2 obtidos junto à FEE. Eles demonstram a localização de alguns dos indicadores de carências habitacionais. Podemos observar neles que os domicílios ‘com até três cômodos’, ‘improvisados’ e os ‘com famílias conviventes’, além do ‘adensamento excessivo’ e os ‘aglomerados subnormais’; todos estes indicadores se localizam principalmente nas cidades circundantes de Porto Alegre, que correspondem à RMPA2. No município de Porto Alegre a ocorrência destes indicadores está localizada na região sudeste e também zona leste, no limite com Viamão, e na região norte no limite com os municípios de Cachoeirinha, Alvorada e Gravataí. As Tabelas 5 e 6, apresentadas nas duas próximas páginas, confirmam os números relativos às carência habitacionais, porém elas não demonstram espacialmente a localização destes fenômenos. Para uma compreensão mais complexa destas relações, é necessária uma leitura conjunta dos dados das tabelas com os mapas.

Tabela 5 - Total de famílias conviventes, domicílios improvisados, cômodos cedidos ou alugados, domicílios em aglomerados subnormais e déficit habitacional na Região Metropolitana de Porto Alegre - 2000

MUNICÍPIOS	FAMÍLIAS			DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES								
	Total	Famílias Conviventes	Percentual de Famílias Conviventes	Total de Domicílios	Domicílios Improvisados	Cômodos Cedidos ou Alugados	Domicílios em Aglomerados Subnormais	Déficit Habitacional	Percentual de Domicílios Improvisados	Percentual de Cômodos Cedidos ou Alugados	Percentual de Domicílios em Aglomerados Subnormais	Percentual de Déficit Habitacional
Alvorada	54,389	3,163	5.82	51,128	98	34	0	3,295	0.19	0.07	-	6.44
Cachoeirinha	33,597	1,961	5.84	31,582	55	76	801	2,091	0.17	0.24	2.54	6.62
Canoas	94,296	4,637	4.92	89,536	123	306	2,172	5,066	0.14	0.34	2.43	5.66
Eldorado do Sul	8,285	403	4.86	7,826	56	30	453	489	0.71	0.39	5.79	6.25
Esteio	25,059	1,463	5.84	23,572	24	103	0	1,590	0.10	0.44	-	6.75
Glorinha	1,867	56	3.02	1,805	6	0	0	62	0.31	-	-	3.44
Gravataí	71,699	4,479	6.25	67,003	217	96	639	4,793	0.32	0.14	0.95	7.15
Guaíba	29,207	1,690	5.79	27,441	76	36	289	1,802	0.28	0.13	1.05	6.57
Nova Santa Rita	4,815	243	5.05	4,544	28	6	0	277	0.62	0.13	-	6.10
Porto Alegre	465,289	23,663	5.09	440,365	1,261	1,416	37,163	26,340	0.29	0.32	8.44	5.98
Sapucaia do Sul	38,301	1,820	4.75	36,416	64	235	0	2,120	0.18	0.64	-	5.82
Viamão	69,268	3,231	4.67	65,812	224	125	1,018	3,581	0.34	0.19	1.55	5.44
Total	896,071	46,811	5.22	847,029	2,231	2,464	42,536	51,506	0.26	0.29	5.02	6.08

FONTE: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

(1) Baseado em: FEE. *M30_munic_características da moradia*. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Como anda a metrópole. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.

Tabela 6 - Domicílios segundo as condições de moradia na Região Metropolitana de Porto Alegre - 2000

DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES								
MUNICÍPIOS	Total	Em Terreno Não Próprio	Sem Sanitários	Com Inadequação				
				Por adensamento excessivo	Por carência			
					de água	de iluminação	de instalação sanitária	na destinação do lixo urbano
Alvorada	51,128	7,838	749	4,063	766	123	3,157	1,243
Cachoeirinha	31,582	6,026	96	1,683	382	12	690	363
Canoas	89,536	13,946	880	5,012	1,062	406	3,993	857
Eldorado do Sul	7,826	1,613	308	361	197	83	591	98
Esteio	23,572	3,103	111	1,010	111	83	977	196
Glorinha	1,805	101	27	11	24	21	212	0
Gravataí	67,003	10,097	806	2,757	1,740	478	3,274	884
Guaíba	27,441	2,343	187	1,451	211	183	1,544	413
Nova Santa Rita	4,544	721	150	156	41	32	280	156
Porto Alegre	440,365	48,843	3,551	20,454	5,151	721	19,245	2,261
Sapucaia do Sul	36,416	5,845	339	1,714	486	193	2,205	359
Viamão	65,812	7,462	739	4,679	749	598	6,268	1,495
Total	847,029	107,938	7,943	43,350	10,922	2,934	42,437	8,325

FONTE: IBGE. Censo demográfico 2000.

(1) Baseado em: FEE. *M34_munic_por condições de moradia*. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Como anda a metrópole. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.

Podemos perceber, seguindo a Tabela 5, que a maior ocorrência de déficit habitacional ocorre nas cidades de Porto Alegre (26.340), Canoas (5.066), Gravataí (4.793), Viamão (3.581), Alvorada (3.295). Entretanto como vemos na mesma tabela, os percentuais do déficit habitacional não correspondem ao número absoluto do déficit moradias. A Tabela 6 demonstra de outra maneira a mesma situação de carência. Como podemos ver, nas cidades de Alvorada e Cachoeirinha, por exemplo, encontramos respectivamente 15,33% e 19,08% dos domicílios localizados em terrenos não próprios, situação que indica ocupação de área irregular. Com relação ao Adensamento excessivo, Alvorada e Viamão apresentam respectivamente, 7,95% e 7,11% dos domicílios com 3 ou mais moradores por cômodo. A situação da carência de instalações sanitárias destaca os municípios de Glorinha e Viamão como os maiores percentuais, respectivamente 11,77% e 9,52%.

Tabela 6 - Domicílios segundo as condições de moradia na Região Metropolitana de Porto Alegre - 2000 (Continuação)

MUNICÍPIOS	PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES							
	Total	Em Terreno Não Próprio	Sem Sanitários	Com Inadequação				
				Por adensamento excessivo	de água	de iluminação	de instalação sanitária	na destinação do lixo urbano
Alvorada	51,128	15.33	1.47	7.95	1.50	0.24	6.17	2.43
Cachoeirinha	31,582	19.08	0.30	5.33	1.21	0.04	2.19	1.15
Canoas	89,536	15.58	0.98	5.60	1.19	0.45	4.46	0.96
Eldorado do Sul	7,826	20.62	3.93	4.62	2.52	1.07	7.56	1.26
Esteio	23,572	13.16	0.47	4.29	0.47	0.35	4.15	0.83
Glorinha	1,805	5.61	1.52	0.59	1.35	1.19	11.77	0.00
Gravataí	67,003	15.07	1.20	4.11	2.60	0.71	4.89	1.32
Guaíba	27,441	8.54	0.68	5.29	0.77	0.67	5.63	1.50
Nova Santa Rita	4,544	15.87	3.30	3.44	0.91	0.70	6.16	3.43
Porto Alegre	440,365	11.09	0.81	4.64	1.17	0.16	4.37	0.51
Sapucaia do Sul	36,416	16.05	0.93	4.71	1.34	0.53	6.06	0.99
Viamão	65,812	11.34	1.12	7.11	1.14	0.91	9.52	2.27
Total	847,029	12.74	0.94	5.12	1.29	0.35	5.01	0.98

FONTE: IBGE. Censo demográfico 2000.

(1) Baseado em: FEE. *M34_munic_por condições de moradia*. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Como anda a metrópole. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.

Assim fica demonstrado que a localização espacial da atividade do setor imobiliário não corresponde à ocorrência das necessidades habitacionais da RMPA2. Os mapas 1 e 2 acima fazem um claro contraste quando comparados com os do Anexo B (p. 63 desta pesquisa). Esta polarização espacial é evidência que tende a confirmar as afirmações de Harvey e Lefebvre:

Capital thus comes to represent itself in the form of a physical landscape created in its own image, created as use-values to enhance the progressive accumulation of capital on an expanding scale. The geographical landscape which fixed and immobile capital comprises is both a crowing glory of past capital development and a prison which inhibits the further progress of accumulation because the very building of thins landscape is antithetical to the 'tearing down of spatial barriers' and ultimately even to the 'annihilation of space by time' (HARVEY, 2001, p.247).

Os centros (urbanos) de decisão tornam legíveis, no terreno, essas relações complexas [hierarquias,exploração]. Eles as projetam no solo. A atividade organizada dos "decisores", apoiada pelos que detêm e gerem os meios de produção, opões-se nitidamente à passividade dos "sujeitos" que aceitam essa dominação (LEFEBVRE, 2004, p.50).

Por outro lado, é possível avançar ainda mais neste sentido quando observamos os

mapas referentes à renda do responsável famílias, correspondente às Figuras 9 à 12 do Anexo B. Podemos constatar que as rendas mais baixas se localizam nas mesmas regiões das diferentes formas de manifestação das carências habitacionais. Mas, conforme avançamos em direção à região que concentra a atividade imobiliária, aumenta a média da renda do responsável, criando mais uma vez o contraste polarizado entre a região central e a periferia urbana.

Por fim, se observarmos a Figura 13 do Anexo B, constataremos a relação de cidade dormitório dos municípios circundantes de Porto Alegre. Este mapa deve ser lido, entretanto, em conjunto com os mapas de renda, pois em alguns casos pode ocorrer que os dirigentes empresariais de Porto Alegre estejam categorizados como pessoas que trabalham em outro município. Como já vimos na revisão bibliográfica (Mammarella, 2006), a tendência de investimentos no setor industrial concentra as novas empresas nas cidades vizinhas ao pólo.

A partir destes argumentos, é necessário que reconheçamos na urbanização da RMPA2 a determinação histórica da sua formação. Isto é, sua forma espacial e características demográficas são os resultados dos processos sociais que sustentam a sociedade. Sendo o capitalismo a condição específica da formação sócio-econômica atual, encontramos seus resultados nos mais diversos aspectos da nossa sociedade, neste caso, a formação espacial na qual o espaço urbano se manifesta.

Acredito ter demonstrado que a concentração e centralização do espaço urbano correspondem aos resultados esperados e gerados a partir da lógica produtiva do modo capitalista de produção. Desta forma, posso afirmar que o sistema capitalista, enquanto modo de reprodução da sociedade, é um processo sócio-metabólico (MÉSZÁROS, 2002, pp. 94 ss.) que produz os seus resultados de acordo com um sistema orgânico, tal como Marx expôs:

Se em pleno sistema burguês cada relação econômica pressupõe todas as outras em sua forma econômica burguesa, e tudo o que foi posto é, portanto, também o pressuposto, então o mesmo se dá com qualquer *sistema orgânico*. Esse mesmo sistema orgânico, como totalidade, tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento em direção à totalidade consiste precisamente em subordinar a si todos os elementos da sociedade, ou criar a partir dela os órgãos que ainda carece; eis como historicamente ele se torna uma totalidade (MARX, apud MÉSZÁROS, 2007, p. 56).

O que vemos no caso do espaço urbano em Porto Alegre é justamente este processo. Pois tanto ele é resultado da acumulação e expansão do capital e das suas

relações de produção, quanto ele serve como uma espécie de matéria prima para a continuidade e intensificação deste mesmo processo, mas em uma nova escala. Neste sentido fica clara qual a direção que segue a mercantilização do espaço urbano. Tornando coisa como pré-requisito para ser vendável e alienável, ele se concentra, centraliza e polariza.

Estes mesmos dados confirmam em parte a segunda hipótese. Afirmei que a oferta de imóveis e a atividade econômica do setor não correspondiam às necessidades da população. De fato, o valor dos imóveis, sua localização e a renda verificada nas regiões com necessidades habitacionais indicam que não há uma correspondência entre esta oferta e a demanda. Portanto é possível afirmar que a mercantilização do espaço urbano não resolve as carências habitacionais da população, pois como os dados demonstram, contribui com a concentração da riqueza e polarização social. Ficou assim demonstrado que a produção imobiliária se concentra em região com renda elevada na zona central, mas que a demanda e carência habitacional se localizam em regiões de renda baixa e em zonas periféricas.

A segunda proposição da hipótese não pôde ser verificada, contudo. A afirmação de que a atividade econômica visa o consumo produtivo de capital, sob a forma de crédito, terras e matérias primas, e trabalho pode ser sustentada se tratarmos esta questão em condições muito genéricas. A aproximação da realidade a partir dos dados coletados, no entanto, não nos permitiu estabelecer a conexão entre uma relativa ociosidade destas forças produtivas e a atividade no setor. Assim, a segunda hipótese permanece parcialmente confirmada, de modo que uma investigação sobre o crédito e mercado de trabalho e de terras poderia fornecer elementos suficientes para sua confirmação plena ou definitiva negação parcial.

A partir da Tabela 4, é possível afirmar que o volume de investimentos do mercado imobiliário é concentrado para um determinado segmento da população. Temos no Anexo B deste trabalho, Figura 8, um mapa dos domicílios alugados. A partir da consulta daquele mapa podemos perceber que existe uma coincidência entre a localização dos imóveis disponibilizados, conforme o Mapa 1 acima, e os domicílios alugados. Esta coincidência nos deixa mais próximos de afirmar que os investimentos no setor imobiliário se destinam mais à apropriação da renda da terra através de aluguéis, por um lado, e da especulação imobiliária por outro. Contudo estes dados ainda não são suficientemente claros para uma definitiva afirmação sobre a questão da venda destes imóveis. Em razão de não podermos avaliar o volume de vendas e conseqüentemente o lucro médio dos empreendimentos

imobiliários, não é possível afirmar que a produção do setor esteja condicionada e direcionada para a apropriação da renda da terra e especulação imobiliária.

Propus na terceira hipótese que os imóveis como mercadorias específicas que podem auferir renda da terra, poderiam estar sendo produzidos para este fim, e não para a realização da mais-valia incorporada no processo de trabalho. Portanto também a terceira hipótese fica parcialmente confirmada, para a sua confirmação integral seria preciso verificar o volume de venda dos imóveis e a concentração da propriedade após a consumação da troca, partindo dos registros de imóveis.

Conclusão

Esta pesquisa investigou alguns dos aspectos do fenômeno urbano em Porto Alegre e sua região metropolitana. Como parte de um conjunto mais amplo de relações sociais, a constituição do espaço urbano é perpassada por diversas delas, sendo tanto um fenômeno determinado quanto determinante. Esta percepção dialética do fenômeno urbano foi exposta ao longo desta pesquisa através dos desenvolvimentos teóricos de Harvey e Lefebvre, principalmente. Se decidi utilizar estes autores como referências diretas, não deixei de expor que as suas fontes, como também as deste trabalho, remetem à dialética materialista como método de investigação da realidade. Portanto, a constituição do objeto de pesquisa, sua execução e modo de trabalho foram influenciados por esta tradição teórica.

O questionamento do qual parti dizia respeito às relações entre a mercantilização do espaço urbano e as carências habitacionais da RMPA. Reconhecendo as diversas formas de conhecimento que se produzem sobre o espaço urbano, busquei as ferramentas da sociologia por considerá-las suficientemente flexíveis e dinâmicas para a apreensão da complexidade deste fenômeno concreto, que sintetiza em matéria as relações sociais das quais todos nós participamos, consciente ou inconscientemente. Considero, entretanto, que os aspectos aqui levantados constituem parte de um fenômeno. Desta forma, não há pretensões de exaurir este objeto, mas somente buscar alguns dos elementos que contribuem mais decisivamente com a sua manifestação. Certamente as pesquisas de antropologia social, ciência política, história e economia têm muito a acrescentar na tarefa de explicitar as relações sociais que produzem a realidade urbana.

A discussão sobre estas relações que subjazem a dinâmica do fenômeno urbano teve que levar em consideração, portanto, as especificidades espaciais e temporais do objeto. Além disto, as tendências gerais das sociedades capitalistas foram levantadas como indicadores dos padrões que poderiam se encontrar no caso específico. Desta forma foi necessária uma pesquisa de fontes teóricas que trabalhassem os aspectos espaciais e urbanos da sociedade. Por outro lado, uma revisão das pesquisas sobre a RMPA revelou algumas particularidades de formação e constituição do objeto. Assim, se por um lado parti do concreto efetivamente, representado como o fenômeno urbano, o uso das categorias abstratas serviu-me para a reprodução do concreto através do pensamento, desta forma completando o circuito que forma a representação do todo como uma síntese das múltiplas determinações que compõem este objeto.

Neste sentido, relacionei o processo de formação do espaço urbano como observamos hoje em Porto Alegre com o desenvolvimento das relações sociais mediadas pelas mercadorias. Foi importante notar que a condição de um sistema de relações sociais em que a mercadoria desempenha o papel fundamental de socialização já é parte constituinte da realidade da RMPA. Desta forma temos aqui um objeto que já está constituído pelas contradições características destas formações sociais, tais como concentração populacional, de renda, desigualdades e intercâmbios das mais diversas naturezas.

Assim para as questões centrais do problema de pesquisa propomos três hipóteses que foram verificadas no capítulo 3. A hipótese inicial foi comprovada, demonstrando que a atividade econômica do setor imobiliário em Porto Alegre se concentra em áreas onde a população tem rendas mais altas. Desta forma, o espaço urbano produzido concentra os recursos cristalizando a distribuição de renda na sociedade. Por isso foi observada a centralização e concentração espacial, ou geográfica.

Contudo este aspecto do espaço urbano é parcialmente revelador, pois consegui demonstrar que a própria atividade empreendedora se encontra concentrada e centralizada. Este fenômeno decorre da incapacidade do capital de operar com taxas baixas de lucro, resolvendo esta sua contradição, a contradição do perpétuo e cada vez maior crescimento, na necessidade de maximizar esta taxa através da acumulação em escala sempre ampliada. Portanto a necessidade de maximização dos lucros conduz à acumulação, e esta à centralização e concentração.

Este fenômeno, por certo, ocorre em paralelo com a continuidade e, comprovadamente com o aumento, das carências habitacionais e desigualdades sociais produzidas ao longo do processo de reprodução do capital. Os dados censitários do IBGE comprovaram que estas carências são tão intensas e extensas quanto a pobreza aglomerada nas periferias das nossas cidades.

Na segunda hipótese propus que a oferta de moradias existente não corresponde à realidade da população que necessita de melhores ou novas habitações. Esta situação também foi comprovada no decorrer da análise dos dados, pois como vimos, as demandas e carências habitacionais estão localizadas nas regiões onde também se encontra a população de mais baixa renda, enquanto as novas unidades disponibilizadas pelos empreendimentos imobiliários se localizam onde ocorrem as rendas altas.

Ficou sem comprovação a segunda proposta desta hipótese, na qual afirmei que a concentração das unidades seria correspondente a uma necessidade de consumo de capital, sob quaisquer formas que este assumisse, e do trabalho. Esta relação não foi estabelecida e a pesquisa indicou que para a sua comprovação ou negação seria necessário investigar o mercado das mais diversas mercadorias, como terra, trabalho, insumos, e também de capital, isto é, o crédito neste caso específico.

Por fim, tivemos elementos que nos deixaram mais próximos de afirmar que as unidades habitacionais são formas de apropriação da renda da terra e de especulação imobiliária. Isto significaria que a realização, através da venda para obtenção do lucro, da mais-valia nelas incorporada não seria o motivo único da sua produção, coexistindo a propriedade fundiária como uma forma diversa de apropriação de recursos na distribuição da renda da sociedade. Mas, esta consideração só poderia ser realmente estabelecida e demonstrada através de uma análise do mercado de aluguéis e de compra e venda de imóveis, apoiando-se em dados dos registros de imóveis para a sua confirmação.

Esta pesquisa então, demonstrou que o espaço urbano como observamos na RMPA está se constituindo de acordo com as disputas econômicas da sociedade. As camadas da população sem acesso aos bens de produção e que vendem o seu trabalho para sobreviver se encontram subordinadas hierarquicamente às decisões de investimento dos proprietários do capital. Este fenômeno é de tal forma abrangente e intenso que se cristaliza na estrutura espacial das cidades.

Observamos que a distribuição de recursos revela uma relação de poder que transcende as esferas representativas da sociedade. Desta forma o comando do capital sobre o trabalho fica exemplarmente demonstrado na falta de alternativas habitacionais para um amplo contingente populacional. Temos em nossas mãos numerosos indicativos que apontam para uma divisão da população entre aqueles que compram e aqueles que vendem força de trabalho, como diz Harvey (2001, p. 314). Contudo algumas sociologias seguem incapazes incorporar a perspectiva da luta de classes como um dos mais básicos determinantes da sociedade em que vivemos.

Como vimos, a relação de propriedade produz em nossa sociedade uma relação de poder. Desta maneira, ao negligenciarmos as determinações de classes em pesquisas sociais contribuimos com a distribuição do poder tal como se encontra na sociedade. Este problema, o da atividade política da ciência, ocorre através das reproduções ideológicas da neutralidade científica, por um lado, ou quando nossas pesquisas demonstram a

necessidade de rompimento e transformações sociais. Dado o caráter público desta Universidade e seu comprometimento com a consciência crítica e os valores de liberdade e solidariedade²¹, acredito que esta pesquisa pôde contribuir com o desenvolvimento de uma ciência e uma sociedade mais próximas destes valores.

²¹ Cf. NETTO, C. A. *A UFRGS*. Palavra do Reitor - Inicial. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/index_a_ufrgs.htm. Acesso em: 06 nov. 2008.

Bibliografia

ALONSO, J. A. F.; BRINCO, R. Caracterização Geral da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.

BARCELLOS, T.M. De; MAMMARELLA, R.; KOCH, M. R. Estrutura socioocupacional e segmentação socioespacial na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): Um retrato do ano 2000. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.

BARCELLOS, T.M. De. Região Metropolitana de Porto Alegre: expansão urbana e dinâmica imobiliária nos anos 90. In: FEE. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, FEE: v.32, n.1, p.65-90, 2004.

BORBA, S. V.; ALFONSIN, B.de M.; GONZÁLEZ, S. A. Análise de experiências alternativas de habitação popular em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre:FEE, 2006. CD – ROM.

CASTELLO, I.R. Características e condições de moradia dos habitantes metropolitanos. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.

CASTELLS, M. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Lisboa: Editorial Presença, 1975.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre:FEE, 2006. CD – ROM.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit Habitacional no Brasil - Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações / Ministério das Cidades, 2005. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/biblioteca/publicacoes-e-artigos/deficit-habitacional-no-brasil-2004/>>. Acesso em 22 set. 2008.

IBGE. *Censo Demográfico 2000 – Famílias e Domicílios: resultados da amostra*. IBGE: Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/familias/censo2000_familias.pdf>. Acesso em 22 set. 2008.

IBGE. *PNAD 2007 Brasil*. IBGE: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/brasilpnad2007.pdf>>. Vol. 28. Acesso em 13 nov. 2008.

HEISENBERG, W. *A parte e o todo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. São Paulo, SP: Paz & Terra, 2002, 7 Ed.

HARVEY, David. *Spaces of Capital: Towards a Critical Geography*. New York: Routledge, 2002.

HEINDRICH, A. L.; UEDA, V. Aspectos recentes da população residente e das migrações na

Região metropolitana de Porto Alegre. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

LOJKINE, J. A análise marxista do Estado. In: NERU. *Espaços e Debates*. São Paulo, Cortez, 1981. Ano 1, número 1.

MAMMARELLA, R. Moradia irregular e condições de vida na Região Metropolitana de Porto Alegre: uma visão preliminar. In: FEE. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, FEE, v.32, n.1, p.33-64, 2004.

MAMMARELLA, R. Espacialização da economia e da exclusão social metropolitana. Abordagem preliminar. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.

MAMMARELLA, R.; BARCELLOS, T.M. De; KOCH, M. R. Mudanças socioespaciais e estrutura social da Região Metropolitana de Porto Alegre: anos 1980 e 1990. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006 (2001). CD – ROM.

MARX, K. *O capital. Livro Primeiro: O processo de produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Vol. I e Vol. II. 3 Ed.

MARX, K. *O capital. Livro terceiro: O processo global da produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Vol. V e Vol. VI. 3 Ed.

MARZULO, E. Concentração de renda e desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): uma análise a partir das Áreas de Expansão de Dados (AEDs). In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.

MAY, T. *Pesquisa social. Questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. São Paulo, Campinas: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MEYER, R. M. P. Segregação espacial. In: BLAY, E. A. *A Luta pelo Espaço. Textos de Sociologia Urbana*. Petrópolis: Vozes, 1978.

NETTO, C. A. *A UFRGS*. Palavra do Reitor - Inicial. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/index_a_ufrgs.htm. Acesso em: 06 nov. 2008.

OLIVEN, R. G. A heterogeneidade da homogeneização: ou de como nem todos os habitantes de Porto Alegre são iguais. In: BLAY, E. A. *A Luta pelo Espaço. Textos de Sociologia*

Urbana. Petrópolis: Vozes, 1978.

OLIVEIRA, F. de. Acumulação monopolista, Estado e Urbanização: A nova qualidade do conflito de classes. In: CEDEC, *Contradições urbanas e movimentos sociais*. São Paulo: Paz e Terra, CEDEC, 1978.

PNAD 2007, *Comentários*. IBGE: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/comentarios2007.pdf>>. Acesso em 13 nov. 2008.

PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2004. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 22 set. 2008.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SAMIOS, Eva Machado Barbosa. Household economy and financial capital : the case of passbook savings in Brazil. In: *Households and the world-economy*. Joan Smith, Immanuel Wallerstein, Hans-Dieter Evers. Beverly Hills: Sage, 1984 p. 168-172.

SAMIOS, Eva Machado Barbosa. Novos espaços culturais e formação de capital fixo em Porto Alegre : lendo a cidade a partir da crítica a economia política. In: *Estudos urbanos : Porto Alegre e seu planejamento*. Porto Alegre : UFRGS, 1993. p. 33-41

SANTOS, M. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, M. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1979. 2 ed.

SINDUSCON-RS. *X Censo do Mercado Imobiliário de Porto Alegre*. Sinduscon-RS: Porto Alegre, agosto de 2007.

SINGER, Paul. *A economia Política da Globalização*. São Paulo: Contexto, 1998.

SOCIOLOGIAS. Riqueza e Desigualdades. Porto Alegre: UFRGS. IFCH, nº 18, ano 9, jul/dez 2007.

UNESCO. *Manual de pesquisa social em zonas urbanas*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1978.

WEBER, M. *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. São Paulo: UNB, Imprensa Oficial, 2004. Vol. 2.

ANEXO A

Tabela AEDs

Identificação das Áreas de Expansão da Amostra (AEDs) - Região Metropolitana de Porto Alegre - 2000

SEQUÊNCIA	MUNICÍPIO	CÓDIGO	LABEL	LOCALIZAÇÃO
1	Alvorada	4300604001001	ALV01 P.Feijó	Passo do Feijó/União
2	Alvorada	4300604001002	ALV02 Maringá	Maringá
3	Alvorada	4300604001003	ALV03 Madepinho	Parque Madepinho/São Francisco
4	Alvorada	4300604001004	ALV04 Tordilho	Chácara do Tordilho/Formosa/Três Figueiras/Intersul
5	Alvorada	4300604001005	ALV05 Stella Maris	Stella Maris/Aparecida
6	Alvorada	4300604001006	ALV06 Sumaré	Sumaré/Americana
7	Alvorada	4300604001007	ALV07 Salomé	Salomé
8	Alvorada	4300604001008	ALV08 Algarve	Algarve
9	Alvorada	4300604501001	ALV09 Est.Grande	Distrito Estância Grande
10	Araricá	4300877001001	Araricá 01	Município ARARICA
11	Arroio dos Ratos	4301107001001	Arroio dos Ratos 01	Município ARROIO DOS RATOS
12	Cachoeirinha	4303103001001	CACH01 Nova Cachoeirinha	OP8 Nova Cachoeirinha
13	Cachoeirinha	4303103001002	CACH02 Vista Alegre	OP7 Vista Alegre
14	Cachoeirinha	4303103001003	CACH03 Tancredo Neves	OP5 Parque Tancredo Neves/Granja Esperança/Fátima
15	Cachoeirinha	4303103001004	CACH04 Matriz/Atlântico	OP3 V.Bom Princípio/Pq. Matriz;OP4 Pqs. Atlântico/Silveira Martins
16	Cachoeirinha	4303103001005	CACH05 Dist.Indust./Veranópolis	OP2 City Nova/City Velha/Distrito Industrial ; OP1 Veranópolis/Eunice Nova
17	Cachoeirinha	4303103001006	CACH06 Resid.Ritter	OP6 Residencial Ritter/Moradas do Bosque/Sítios
18	Cachoeirinha	4303103001007	CACH07 Imbu/Wilkens	OP1 V. Imbu/EuniceVelha/Jd. América/Sto. Ângelo; OP2 C.A.Wilkens/V.Regina
19	Campo Bom	4303905001001	Campo Bom 01	Município CAMPO BOM
20	Canoas	4304606001001	CAN01 Niterói	Niterói/Base Aérea
21	Canoas	4304606001002	CAN02 Rio Branco	Rio Branco/Niterói (parte)
22	Canoas	4304606001003	CAN03 Jd.Atlântico	Jardim Atlântico/Estância Velha
23	Canoas	4304606001004	CAN04 Olaria	Olaría/Planalto Canoense; Guajuviras (parte)
24	Canoas	4304606001005	CAN05 Guajuviras	Guajuviras
25	Canoas	4304606001006	CAN06 Santo Operário	Santo Operário/Matias Velho (parte)
26	Canoas	4304606001007	CAN07 Cinco Colônias	Cinco Colônias; Natal/Santo Operário (parte)
27	Canoas	4304606001008	CAN08 Natal	Natal/Matias Velho (parte)
28	Canoas	4304606001009	CAN09 Ideal	Ideal/Cidade Nova; Igara/Mal. Rondon/Chácara Barreto(parte)
29	Canoas	4304606001010	CAN10 Igara	Igara/Brigadeira/S. José/S. Luiz
30	Canoas	4304606001011	CAN11 Chác. Barreto	Chácara Barreto/Fernandes
31	Canoas	4304606001012	CAN12 Fátima	Fátima/Mato Grande
32	Canoas	4304606001013	CAN13 Harmonia	Harmonia/Matias Velho (parte)
33	Canoas	4304606001014	CAN14 Matias Velho	Matias Velho/ Industrial
34	Canoas	4304606001015	CAN15 Centro	Centro/Fernandes;Harmonia/Mal. Rondon (parte)
35	Capela de Santana	4304689001001	Capela de Santana 01	Município CAPELA DE SANTANA
36	Charqueadas	4305355001001	Charqueadas 01	Município CHARQUEADAS
37	Dois Irmãos	4306403001001	Dois Irmãos 01	Município DOIS IRMAOS

SEQUÊNCIA	MUNICÍPIO	CÓDIGO	LABEL	LOCALIZAÇÃO
38	Eldorado do Sul	4306767001001	Eldorado do./sul 01	Município ELDORADO DO SUL
39	Estância Velha	4307609001001	Estância Velha 01	Município ESTANCIA VELHA
40	Esteio	4307708001001	ESTEIO1 Vila Nova	Vila Nova/Cruzeiro/São José
41	Esteio	4307708001002	ESTEIO2 Claret	Parque Claret/Parque Primavera/Santo Antônio
42	Esteio	4307708001003	ESTEIO3 Centro	Centro/Vila Rica
43	Esteio	4307708001004	ESTEIO4 Pq. Exposições	Parque de Exposições/Teópolis/Parque Amador
44	Glorinha	4309050001001	Glorinha 01	Município GLORINHA
45	Gravataí	4309209001001	GRAVAT01 Cohab/S. Jerônimo	OP4 COHAB A/OP14 São Jerônimo
46	Gravataí	4309209001002	GRAVAT02 Pq. Florido/Central	OP3 Parque Florido/OP13 Central
47	Gravataí	4309209001003	GRAVAT03 São Geraldo	OP2 São Geraldo
48	Gravataí	4309209001004	GRAVAT04 Vila Branca	OP12 Vila Branca
49	Gravataí	4309209001005	GRAVAT05 São Vicente	OP15 São Vicente
50	Gravataí	4309209001006	GRAVAT06 Itacolomi	OP9 Itacolomi
51	Gravataí	4309209001007	GRAVAT07 Moradas/Águas Claras	OP1 Moradas/OP11 Águas Claras
52	Gravataí	4309209001008	GRAVAT08 Centro 1	OP5 Centro (parte)
53	Gravataí	4309209001009	GRAVAT09 Centro 2	OP5 Centro (parte)
54	Gravataí	4309209001010	GRAVAT10 Parque dos Anjos	OP6 Parque dos Anjos
55	Gravataí	4309209501001	GRAVAT11 Distritos	Distritos Gravataí (OP7Barro Vermelho/ OP8Morungava/OP10Ipiranga)
56	Guaíba	4309308001001	GUAI01 Colina	Morada da Colina/Pedras Brancas/Parque 35/Columbia City
57	Guaíba	4309308001002	GUAI02 Cohab	COHAB/Jardim Santa Rita
58	Guaíba	4309308001003	GUAI03 Centro	Centro/Balneários
59	Ivoti	4310801001001	Ivoti 01	Município IVOTI
60	Montenegro	4312401001001	Montenegro 01	Município MONTENEGRO
61	Nova Hartz	4313060001001	Nova Hartz 01	Município NOVA HARTZ
62	Nova Santa Rita	4313375001001	Nova Santa Rita 01	Município NOVA SANTA RITA
63	Novo Hamburgo	4313409001001	NHAM01 Canudos 1	Canudos (parte)
64	Novo Hamburgo	4313409001002	NHAM02 Canudos 2	Canudos (parte)
65	Novo Hamburgo	4313409001003	NHAM03 Mauá	Mauá/Canudos (parte-Horto Municipal)
66	Novo Hamburgo	4313409001004	NHAM04 São Jorge	São Jorge
67	Novo Hamburgo	4313409001005	NHAM05 Centro	Centro/Hamburgo Velho/Rio Branco/São José
68	Novo Hamburgo	4313409001006	NHAM06 Diel	Diel/Roselândia
69	Novo Hamburgo	4313409001007	NHAM07 Santo Afonso	Santo Afonso
70	Novo Hamburgo	4313409001008	NHAM08 Ideal	Ideal/Liberdade
71	Novo Hamburgo	4313409001009	NHAM09 Lomba Grande	Lomba Grande
72	Novo Hamburgo	4313409001010	NHAM10 Canudos 3	Canudos (parte-Aeroclube)
73	Novo Hamburgo	4313409001011	NHAM11 Rondônia	Rondônia/Boa Vista
74	Novo Hamburgo	4313409001012	NHAM12 Industrial	Industrial/Ouro Branco/Pátria Nova
75	Novo Hamburgo	4313409001013	NHAM13 Primavera	Primavera/Rincão/Vila Rosa
76	Novo Hamburgo	4313409001014	NHAM14 Operário	Operário/Vila Nova/Guarani
77	Novo Hamburgo	4313409001015	NHAM15 Boa Saúde	Boa Saúde/Petrópolis

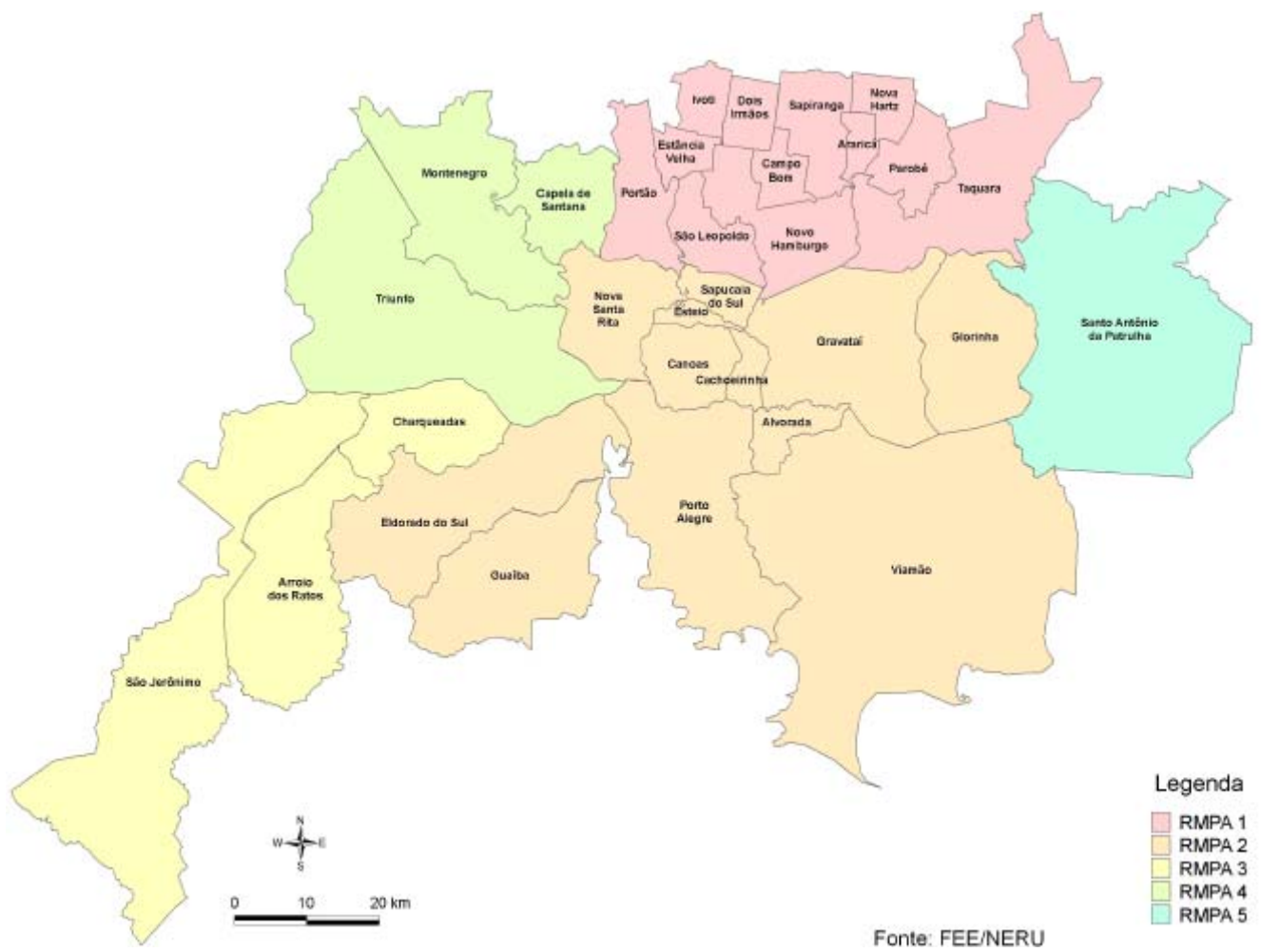
SEQUÊNCIA	MUNICÍPIO	CÓDIGO	LABEL	LOCALIZAÇÃO
78	Parobé	4314050001001	Parobé 01	Município PAROBE
79	Portão	4314803001001	Portão 01	Município PORTAO
80	Porto Alegre	4314902999001	POA01 Agronomia	Agronomia
81	Porto Alegre	4314902999002	POA02 Belém Novo	Belem Novo
82	Porto Alegre	4314902999003	POA03 Camaquã	Camaquã
83	Porto Alegre	4314902999004	POA04 Cavalhada	Cavalhada
84	Porto Alegre	4314902999005	POA05 Centro	Centro
85	Porto Alegre	4314902999006	POA06 Cidade Baixa	Cidade Baixa
86	Porto Alegre	4314902999007	POA07 Cristal	Cristal
87	Porto Alegre	4314902999008	POA08 C.Redentor	Cristo Redentor
88	Porto Alegre	4314902999009	POA09 Floresta	Floresta
89	Porto Alegre	4314902999010	POA10 Independência	Independência
90	Porto Alegre	4314902999011	POA11 Jd.Botânico	Jardim Botânico
91	Porto Alegre	4314902999012	POA12 Lomba do Pinheiro	Lomba do Pinheiro
92	Porto Alegre	4314902999013	POA13 Partenon	Partenon
93	Porto Alegre	4314902999014	POA14 Passo da Areia	Passo da Areia
94	Porto Alegre	4314902999015	POA15 Passo das Pedras	Passo das Pedras
95	Porto Alegre	4314902999016	POA16 Petrópolis	Petrópolis
96	Porto Alegre	4314902999017	POA17 Restinga	Restinga
97	Porto Alegre	4314902999018	POA18 Rubem Berta	Rubem Berta
98	Porto Alegre	4314902999019	POA19 Santana	Santana
99	Porto Alegre	4314902999020	POA20 Santo Antonio	Santo Antônio
100	Porto Alegre	4314902999021	POA21 São João	São João
101	Porto Alegre	4314902999022	POA22 São José	São José
102	Porto Alegre	4314902999023	POA23 Sarandi	Sarandi
103	Porto Alegre	4314902999024	POA24 Farrapos	Farrapos
104	Porto Alegre	4314902999025	POA25 Jd.Carvalho	Jardim Carvalho
105	Porto Alegre	4314902999026	POA26 Jd.Sabará	Jardim Sabará
106	Porto Alegre	4314902999027	POA27 Mário Quintana	Mario Quintana
107	Porto Alegre	4314902999028	POA28 Morro Santana	Morro Santana
108	Porto Alegre	4314902999029	POA29 Humaitá	Arquipélago/Humaitá/Anchieta
109	Porto Alegre	4314902999030	POA30 São Geraldo	Navegante/São Geraldo
110	Porto Alegre	4314902999031	POA31 Jd.Floresta	Jardim S.Pedro/Sta Maria Goretti/Jd. Floresta
111	Porto Alegre	4314902999032	POA32 Jd.Lindóia	Jardim Lindóia/São Sebastião
112	Porto Alegre	4314902999033	POA33 Higienópolis	Higienópolis/Boa Vista
113	Porto Alegre	4314902999034	POA34 Bom Jesus	Bom Jesus/Jd. Salso
114	Porto Alegre	4314902999035	POA35 V.João Pessoa	Vila João Pessoa/Cel. Aparicio Borges
115	Porto Alegre	4314902999036	POA36 Glória	Glória/Cascata/Belem Velho
116	Porto Alegre	4314902999037	POA37 Sta. Teresa	Medianeira/Sta. Teresa
117	Porto Alegre	4314902999038	POA38 Teresópolis	Teresópolis/Nonoai

SEQUÊNCIA	MUNICÍPIO	CÓDIGO	LABEL	LOCALIZAÇÃO
118	Porto Alegre	4314902999039	POA39 Vila Nova	Vila Nova/Campo Novo
119	Porto Alegre	4314902999040	POA40 Ponta Grossa	Ponta Grossa/ Chapéu do Sol/Lageado/Lami
120	Porto Alegre	4314902999041	POA41 Tristeza	Vila Assunção/Tristeza/Vila Conceição
121	Porto Alegre	4314902999042	POA42 Ipanema	Pedra Redonda/Ipanema/Espírito Santo/Guarujá
122	Porto Alegre	4314902999043	POA43 Hípica	Serraria/ Hípica
123	Porto Alegre	4314902999044	POA44 Menino Deus	Azenha/ Menino Deus/ Praia de Belas
124	Porto Alegre	4314902999045	POA45 Bom Fim	Bom Fim/ Farroupilha
125	Porto Alegre	4314902999046	POA46 Moinhos de Vento	Auxiliadora/ Mont Serrat/Moinhos de Vento/ Bela Vista
126	Porto Alegre	4314902999047	POA47 Rio Branco	Rio Branco/Sta. Cecília
127	Porto Alegre	4314902999048	POA48 Três Figueiras	Três Figueiras/Chacara das Pedras/Vila Jardim
128	Porto Alegre	4314902999049	POA49 V. Ipiranga	Vila Ipiranga/ Jd. Itú
129	Santo Antônio da Patrulha	4317608001001	SANTPA.01 Urbano	Parte urbana
130	Santo Antônio da Patrulha	4317608001002	SANTPA.02 Rural	Parte rural
131	São Jerônimo	4318408001001	São Jerônimo 01	Município SAO JERONIMO
132	São Leopoldo	4318705001001	SLEO01 Vicentina	Vicentina/São Miguel/São João Batista (parte)
133	São Leopoldo	4318705001002	SLEO02 Scharlau	Scharlau/Campina
134	São Leopoldo	4318705001003	SLEO03 Campestre	Campestre/Feitoria (parte)
135	São Leopoldo	4318705001004	SLEO04 Feitoria	Feitoria
136	São Leopoldo	4318705001005	SLEO05 Pinheiro	Pinheiro/Fazenda São Borja/Santo André
137	São Leopoldo	4318705001006	SLEO06 Unisinos	Campus UNISINOS/Duque de Caxias/Santa Tereza/Jd.America/São João Batista (parte)
138	São Leopoldo	4318705001007	SLEO07 Santos Dumont	Santos Dumont/Rio dos Sinos
139	São Leopoldo	4318705001008	SLEO08 Boa Vista	Boa Vista/Arroio Manteiga
140	São Leopoldo	4318705001009	SLEO09 Fião	Fião/Padre Reus/ São João/Cristo Rei/Moddo do Espelho/Rio Branco
141	São Leopoldo	4318705001010	SLEO10 Centro	Centro
142	Sapiranga	4319901001001	SAPIR01 Centro	Centro/Piquete
143	Sapiranga	4319901001002	SAPIR02 São Luiz	São Luiz/Santa Fé/Quatro Colônias
144	Sapiranga	4319901001003	SAPIR03 Vila Nova	Vila Nova/Amaral Ribeiro
145	Sapiranga	4319901001004	SAPIR04 Centenário	Centenário/Oeste
146	Sapucaia do Sul	4320008001001	SAPUC01 Capão da Cruz	Capão da Cruz
147	Sapucaia do Sul	4320008001002	SAPUC02 Vargas	Vargas/Camboim/Nova Sapucaia/Waldereis
148	Sapucaia do Sul	4320008001003	SAPUC03 Centro	Centro/São José
149	Sapucaia do Sul	4320008001004	SAPUC04 Boa Vista	Boa Vista/Ipiranga/Jardim América/Lomba da Palmeira
150	Sapucaia do Sul	4320008001005	SAPUC05 Cohab	COHAB/São Jorge/Colonial
151	Sapucaia do Sul	4320008001006	SAPUC06 Vacchi	Vacchi/Kurashiki/Diehl/Silva/Centro(parte)
152	Taquara	4321204001001	Taquara 01	Município TAQUARA
153	Triunfo	4322004001001	Triunfo 01	Município TRIUNFO
154	Viamão	4323002001001	VIAM01 Cecília	OP2 Região Cecília
155	Viamão	4323002001002	VIAM02 Santa Isabel	OP1 Região Santa Isabel
156	Viamão	4323002001003	VIAM03 Volta da Figueira	OP7 Região Volta da Figueira/OP9 Região Centro
157	Viamão	4323002001004	VIAM04 São Lucas	OP5 Região São Lucas/OP7 Volta da Figueira

SEQUÊNCIA	MUNICÍPIO	CÓDIGO	LABEL	LOCALIZAÇÃO
158	Viamão	4323002001005	VIAM05 Centro	OP9 Região Centro/OP8 Região Querência
159	Viamão	4323002001006	VIAM06 Autódromo	OP10 Região Autódromo
160	Viamão	4323002001007	VIAM07 São Tomé	OP6 Região São Tomé
161	Viamão	4323002001008	VIAM08 Passo Dorneles	OP3 Região Passo Dorneles
162	Viamão	4323002001009	VIAM09 Águas Claras	OP12 Região Águas Claras
163	Viamão	4323002001010	VIAM10 Viamópolis	OP4 Região Viamópolis
164	Viamão	4323002001011	VIAM11 Espigão	OP13 Região Espigão/ OP15 Região Itapuã
				TOTAL

FONTES: IBGE - Censo Demográfico, 2000 (microdados); FASE, IPPUR, IPARDES - Tabulações especiais

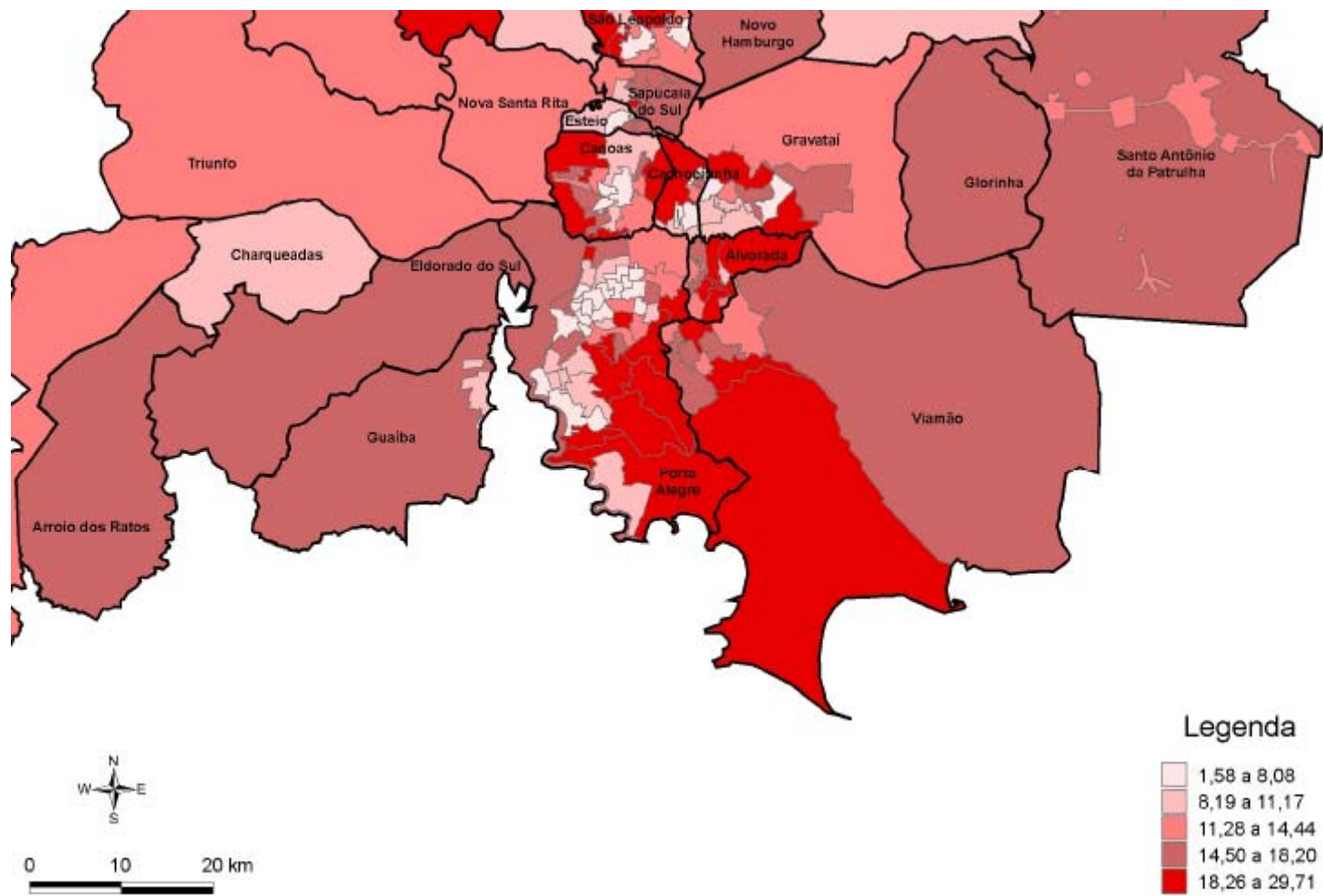
ANEXO B



Fonte: FEE/NERU

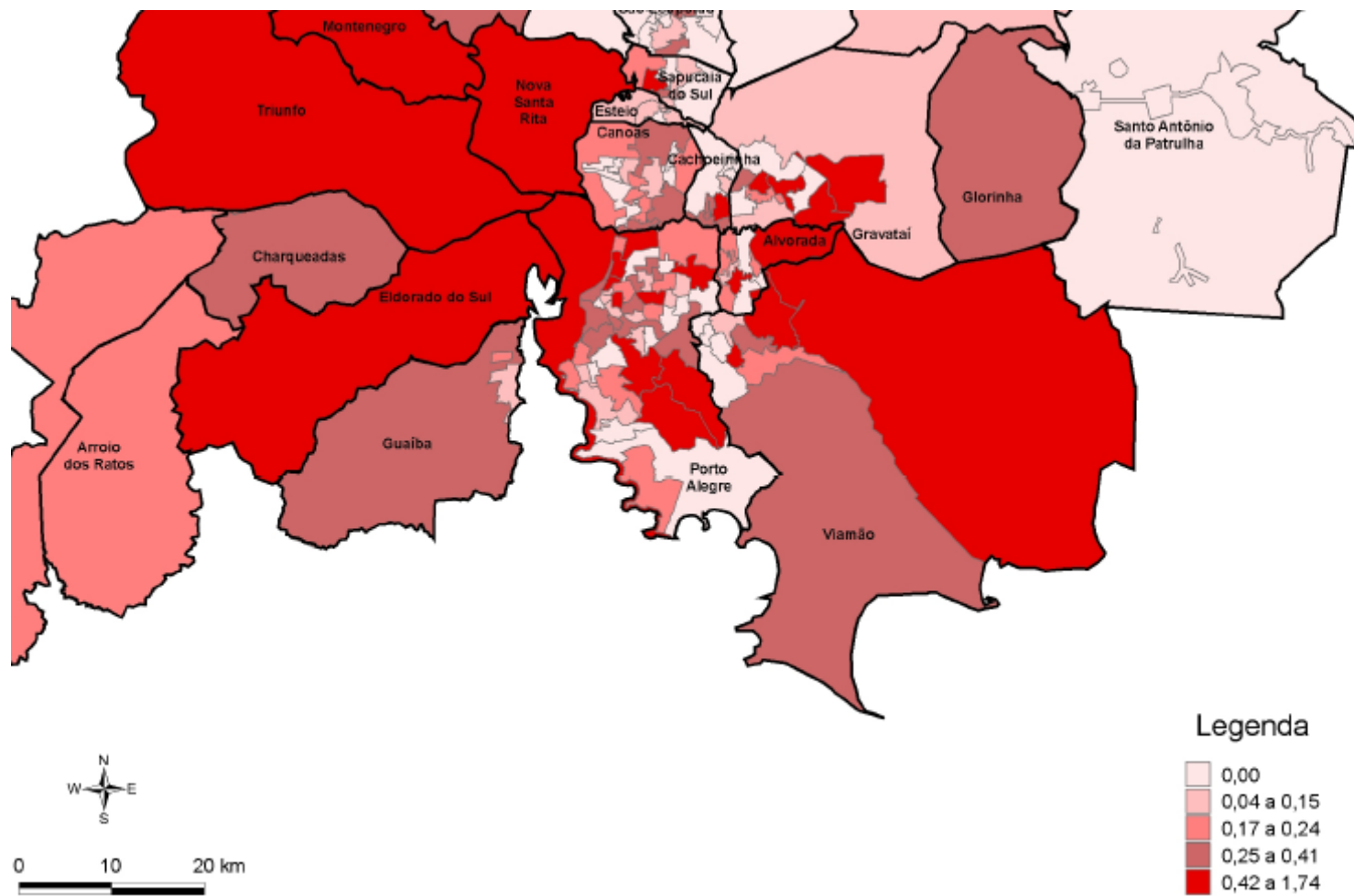
Figura 1: Mapa da divisão intrametropolitana da RMPA

FONTE: FEE. Mapa 4. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.



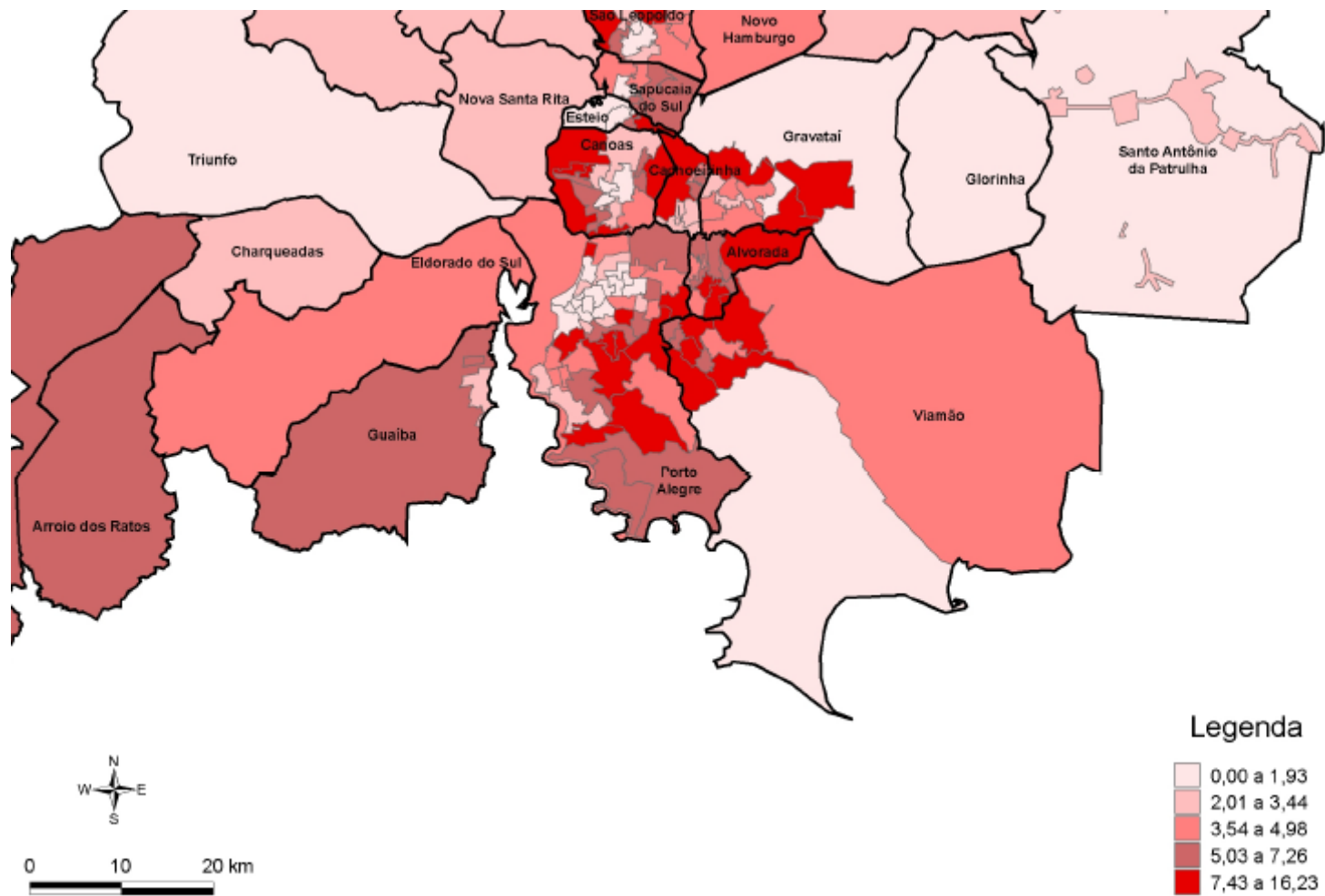
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Figura 2: Mapa Domicílios com até 3 cômodos, por AED – RMPA 2000
 FONTE: FEE. Mapa 34. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.

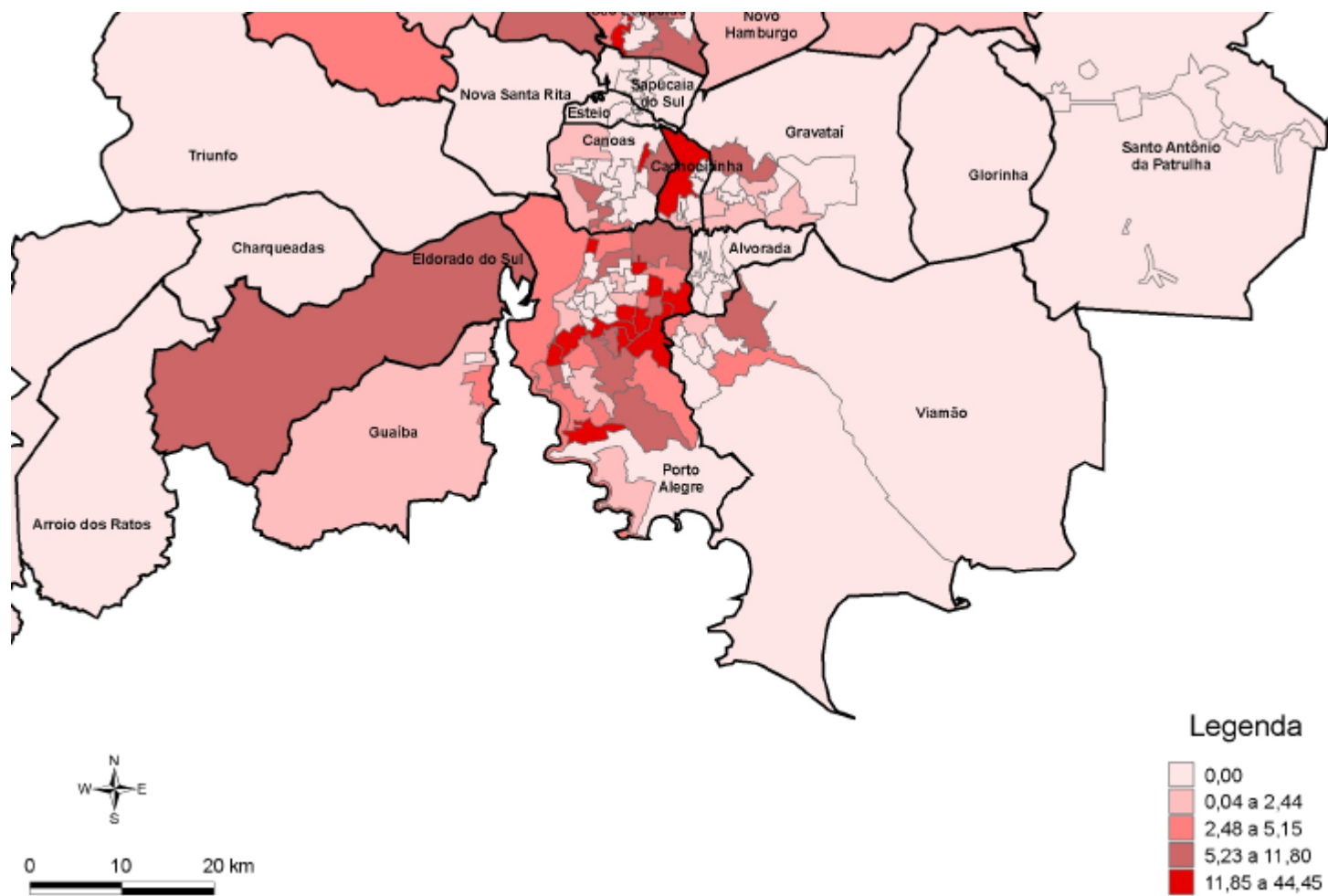


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

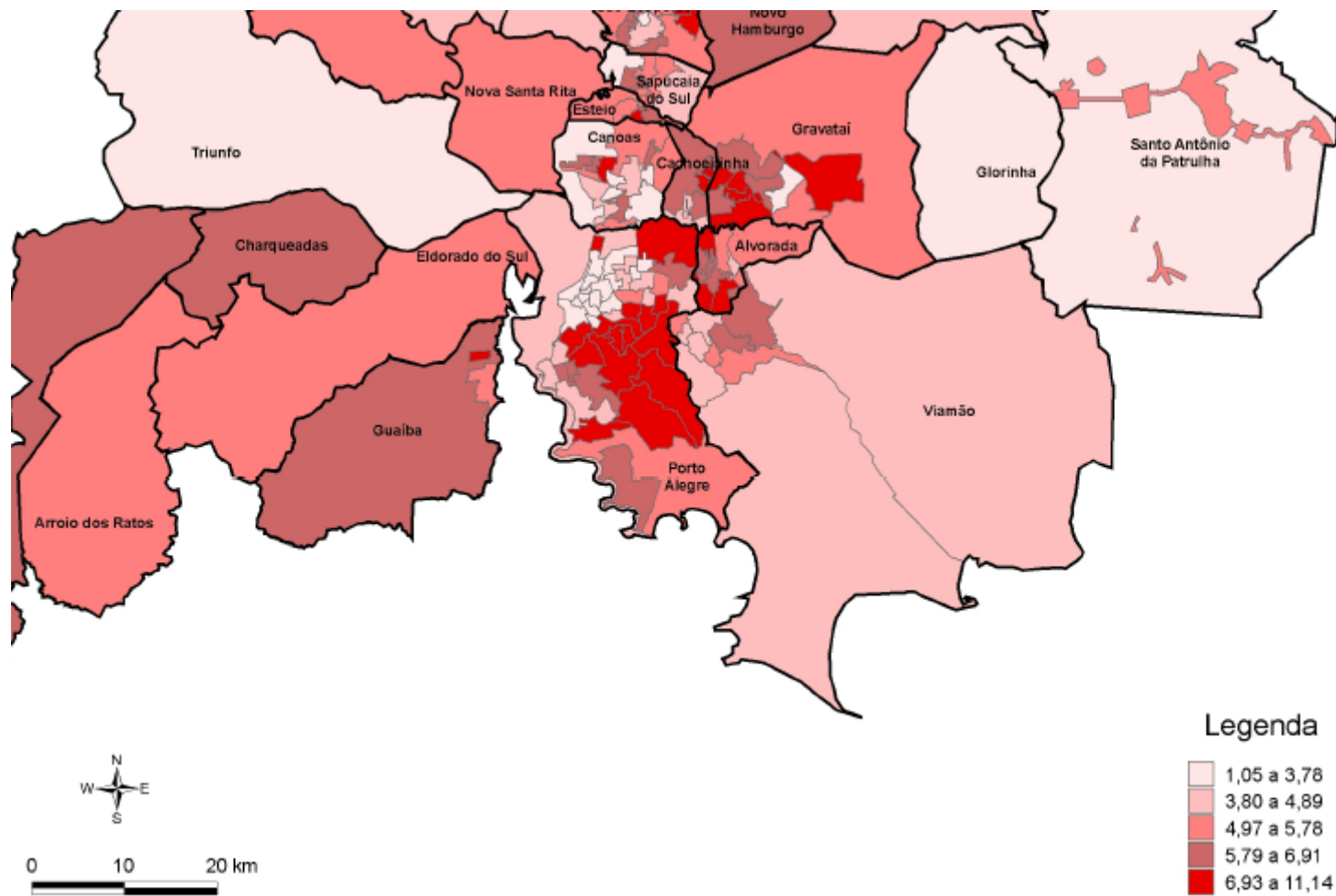
Figura 3: Mapa Domicílios improvisados, por AED – RMPA2 2000
 FONTE: FEE. Mapa 37. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000; Dados da Amostra: Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
 Figura 4: Mapa Adensamento excessivo, por AED – RMPA2 2000
 FONTE: FEE. Mapa 41. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.

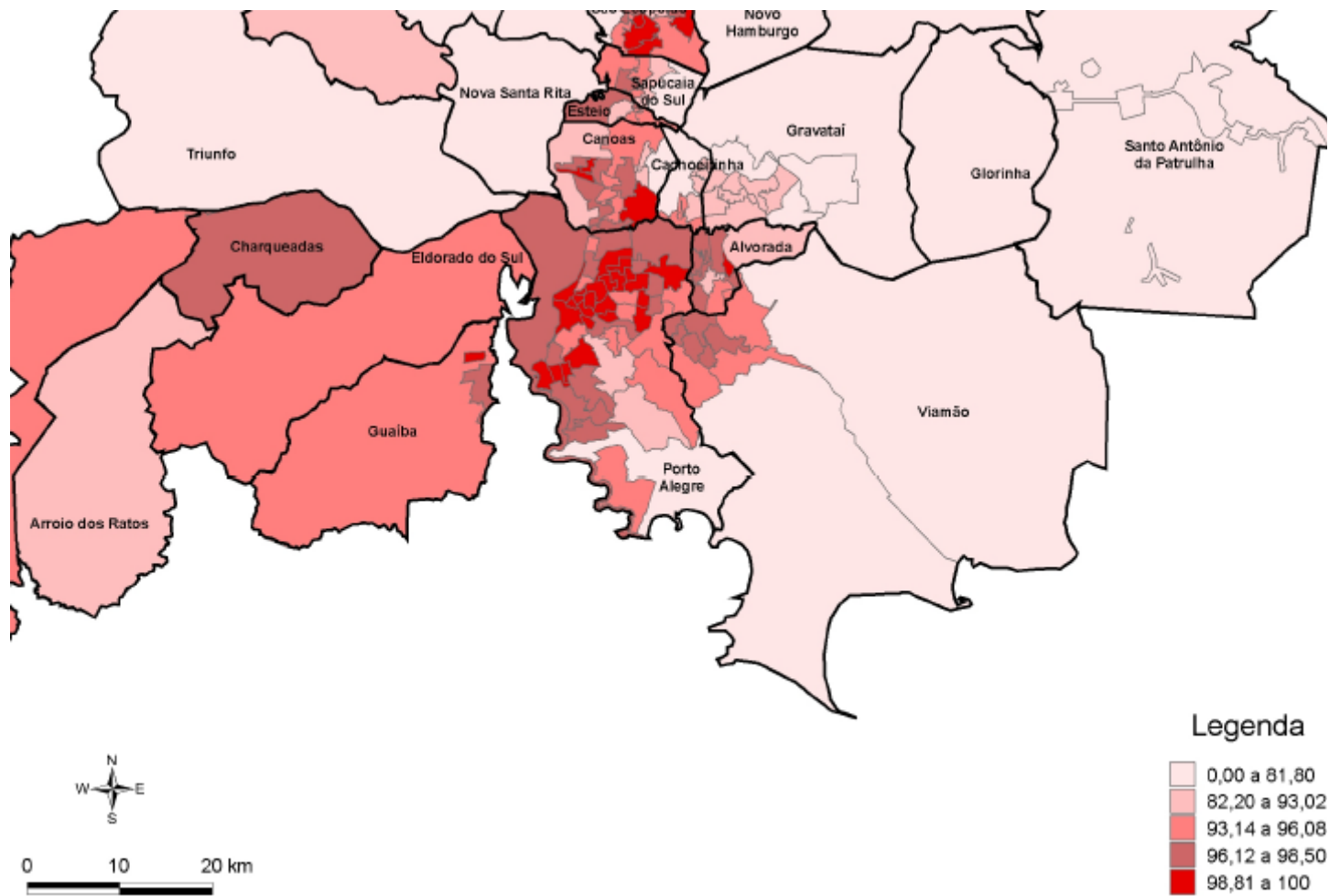


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
 Figura 5: Mapa Domicílios em Aglomerados subnormais, por AED – RMPA2 2000.
 FONTE: FEE. Mapa 30. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.



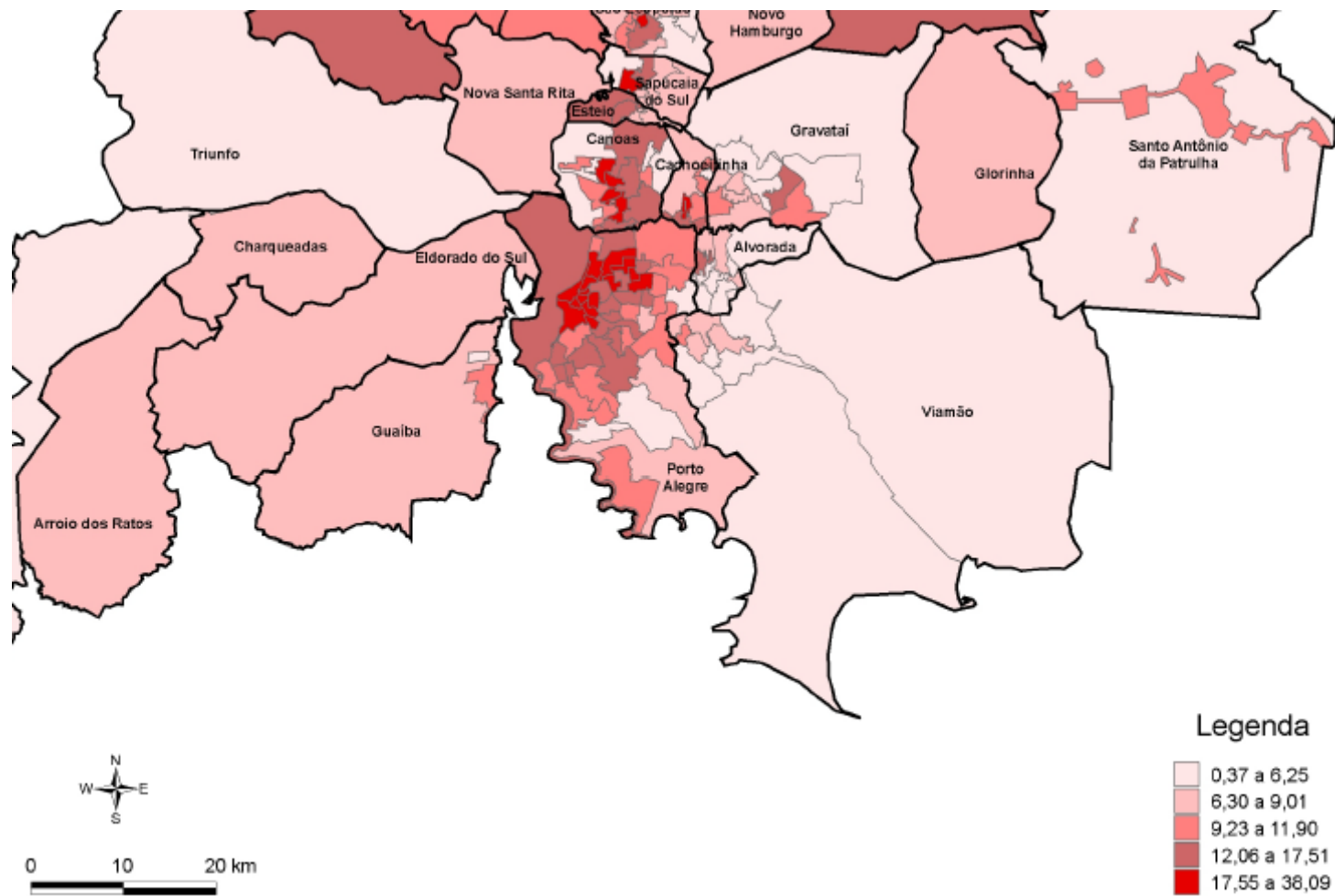
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Figura 6: Mapa Famílias conviventes, por AED – RMPA2 2000.
 FONTE: FEE. Mapa 39. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Figura 7: Mapa Domicílios Urbanos com abastecimento de água, por AED – RMPA2 2000.
 FONTE: FEE. Mapa 28. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000: Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Figura 8: Mapa Domicílios Alugados, por AED – RMPA2 2000.

FONTE: FEE. Mapa 36. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.

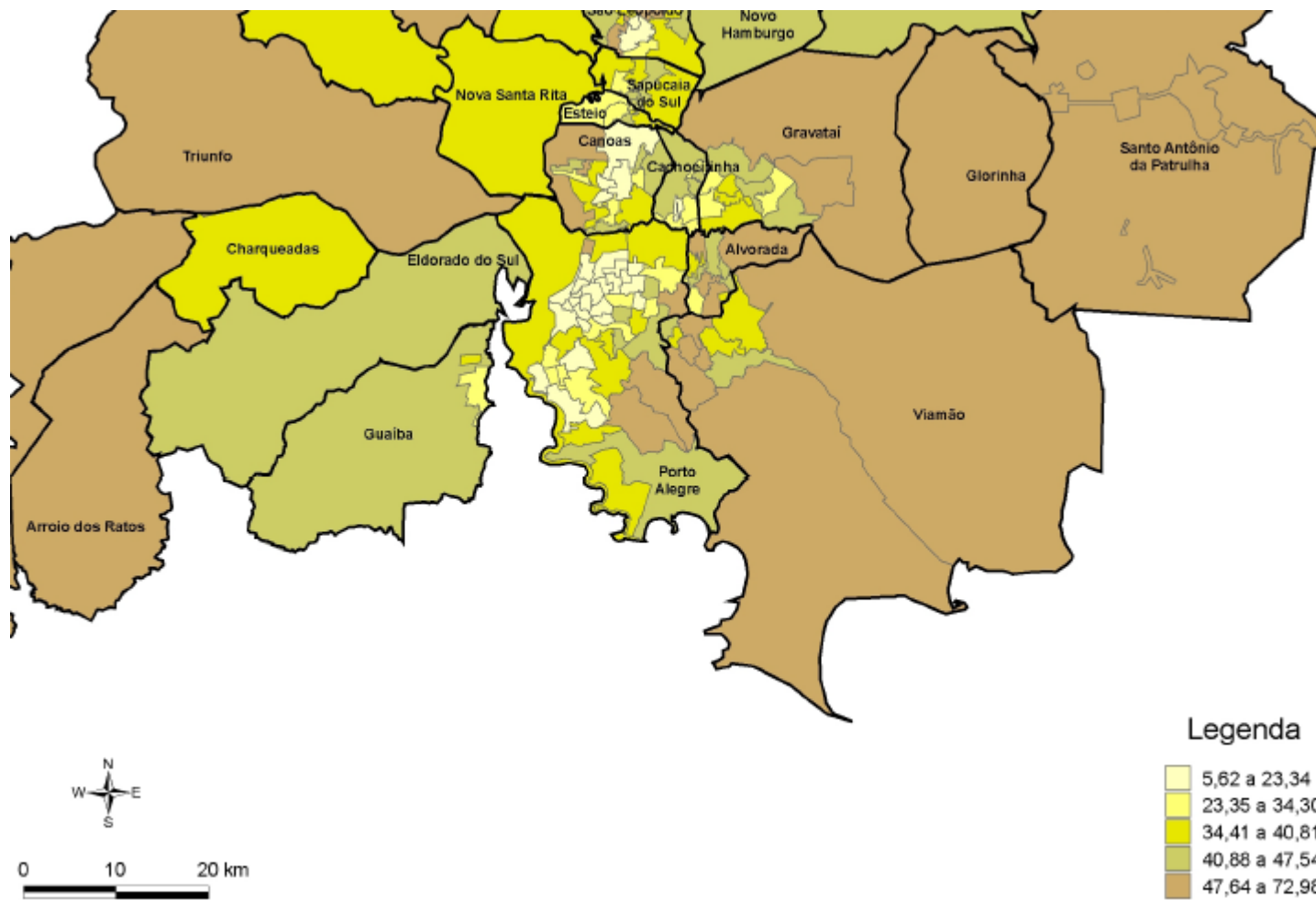


Figura 9: Mapa Famílias com renda mensal do responsável até 2 salários mínimos, por AED – RMPA2 2000.
 FONTE: FEE. Mapa 12. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.

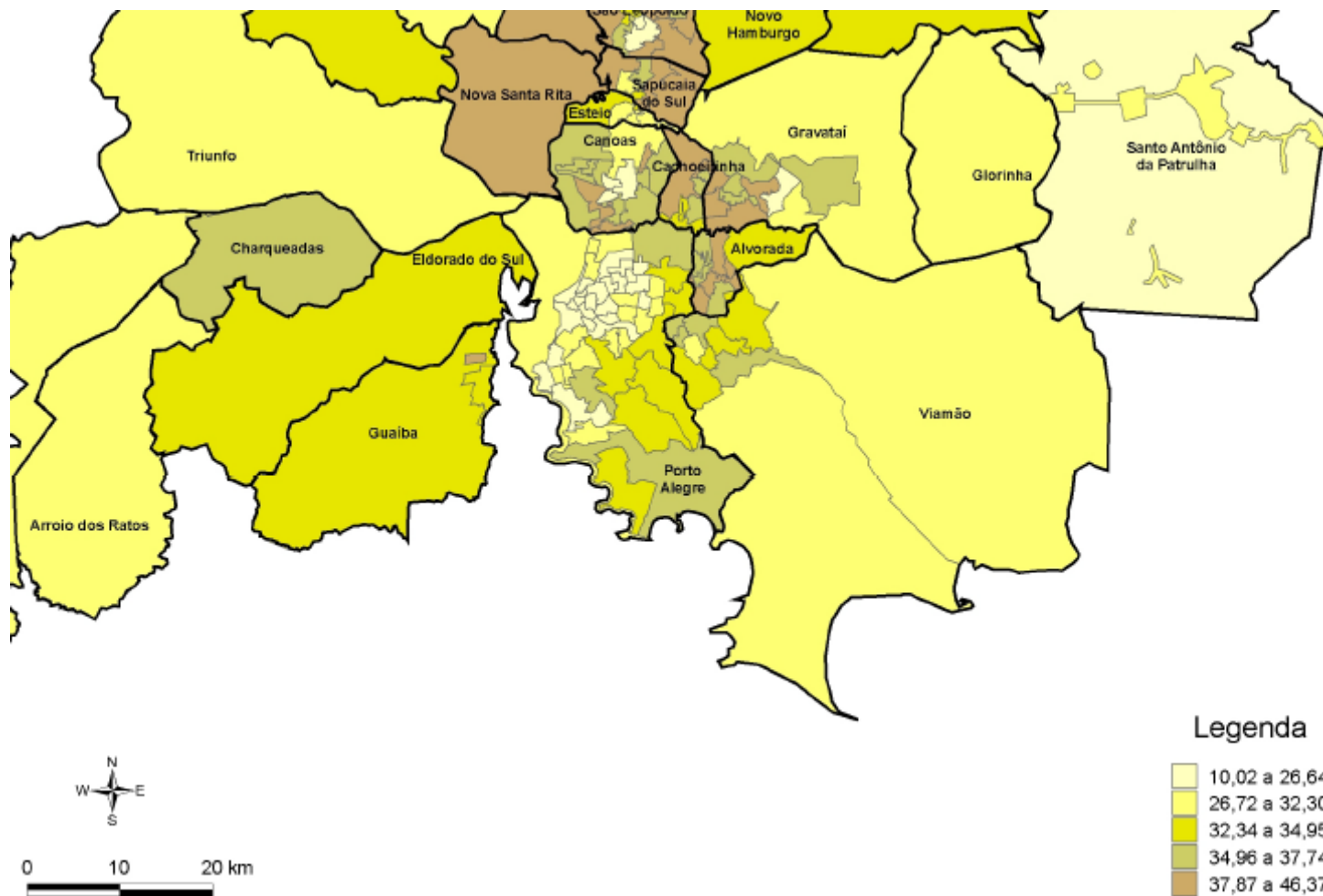
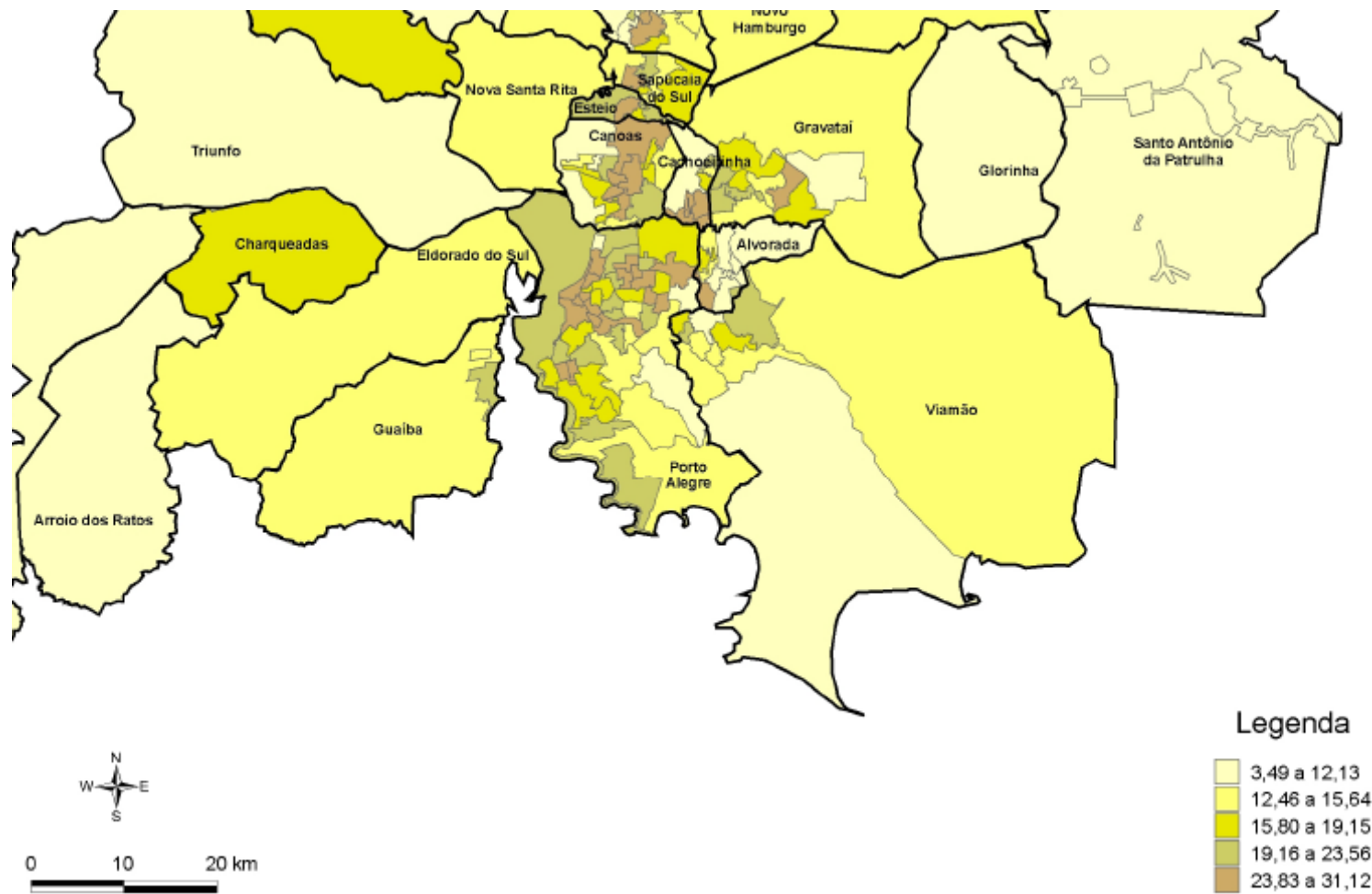
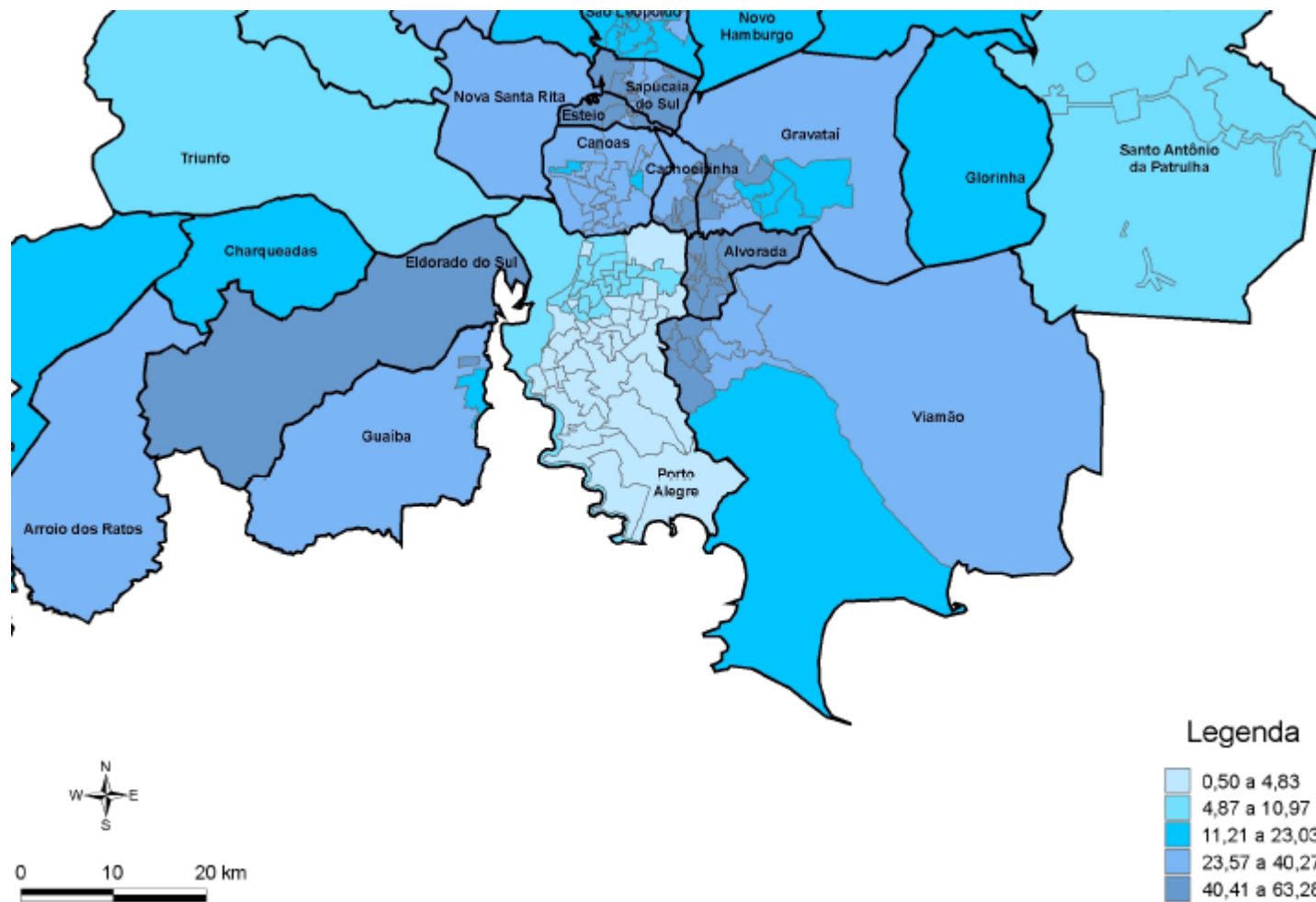


Figura 10: Mapa Famílias com renda mensal do responsável entre 2 e 5 salários mínimos, por AED – RMPA2 2000.
 FONTE: FEE. Mapa 13. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Figura 11: Mapa Famílias com renda mensal do responsável entre 5 e 10 salários mínimos, por AED – RMPA2 2000.
 FONTE: FEE. Mapa 14. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Figura 13: Mapa Pessoas que trabalham ou estudam em outro município, por AED – RMPA2 2000.
 FONTE: FEE. Mapa 44. In: FEE. *Como anda a metrópole*. Porto Alegre: FEE, 2006. CD – ROM.